



Energia Elétrica no Brasil: Diplomacia Brasil-Estados Unidos e transição da propriedade privada para a propriedade pública (1951-1954)

ORIENTADOR: Prof^o Dr^o Pedro Paulo Zahluth Bastos

ALUNA: Carolina Rosa Battochio

RA:015666

*Aos meus pais,
por tudo que tenho, que sou ,
e por tornarem possível meu sonho.*

Agradecimentos

A Deus que me deu força, coragem e discernimento para superar os obstáculos desta difícil etapa da minha vida.

Ao professor Pedro Paulo, que despertou o meu interesse pela história econômica, que acreditou no meu potencial, me deu a primeira oportunidade e com muita paciência me orientou, me ensinou e tornou possível minha iniciação científica. E ao CNPq que financiou minha iniciação, base da minha monografia.

Ao Professor Nivalde de Castro, que gentilmente me cedeu os anexos estatísticos de sua tese, para que eu pudesse complementar minha monografia.

Aos meus pais, que incentivaram meus estudos e com muita dificuldade me mantiveram estes quatro anos em Campinas para que eu pudesse me tornar uma economista.

A minha irmã, companheira de todas as horas, que muitas vezes escutou minhas queixas, minhas desilusões, apoiou minhas escolhas, foi uma grande amiga nas vezes que pensei em desistir de tudo. E por sua ajuda na revisão deste trabalho.

Ao Léo, principalmente por sua paciência e seu incentivo. Se não fosse você não teria chegado até aqui.

Aos muitos professores, que despertaram a minha paixão pela economia, entre eles: Davidoff, Laplane, Sarti, Alejandra, Ligia, Wilma, Pedro Paulo, Maryse, Vasco, Daniela Prates, Dequech, Carol, Leonardo Rodon.

Aos meus eternos amigos, Tiffany, Graça, Bruna, Nádia e Gabriel. Aos meus grandes amigos da faculdade, que tornaram estes anos mais divertidos e os quais pretendo levar para o resto da minha vida: Ju, Milena, Paula, Raphael, Silvia, Raphaela, Julio, Tiago, Angélica, Marco, Zaia.

Ao pessoal da biblioteca, principalmente a Almira e ao Samuca, que tornaram meus estudos mais agradáveis, sempre foram educados, atenciosos e amigos.

Por fim, aos meus tios e aos meus primos lindos, graças a eles entrei na faculdade e neste último ano eles foram minha família em Campinas. Em especial a minha afilhada Luciana, por todo o amor e companheirismo, por me ensinar a amar e aceitar as diferenças.

Amo todos vocês e sem a contribuição de cada um, nada seria possível, nem esta monografia.

ÍNDICE

Introdução	7
Capítulo I	15
Capítulo II	32
Capítulo III.....	48
Conclusão:.....	77
Bibliografia:	81

Resumo: *A pesquisa analisa o desenvolvimento do projeto de expansão da participação estatal no setor energético brasileiro durante o segundo governo Vargas, expansão esta que levaria à proposição do projeto de criação da Eletrobrás em 1953. A avaliação dos planos do governo para o setor fora realizado buscando enfatizar a importância das relações diplomáticas Brasil-Estados Unidos para a definição e o ritmo de apresentação das propostas de governo para o setor elétrico, no contexto da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) em 1951 e, em 1953, de sua crise. Embora haja uma extensa bibliografia sobre esta discussão ela carecia de uma análise dos arquivos diplomáticos norte-americanos referentes a esta barganha, para que a avaliação das perspectivas dos atores da mesma, tanto em torno da criação, atuação e encerramento da CMBEU, quanto a respeito da importância e significado da proposição da Eletrobrás.*

O trabalho visou testar a hipóteses da literatura a respeito do posicionamento das filiais norte-americanas ao longo da transição da propriedade privada para a pública, através de pesquisa empírica, realizando a avaliação de documentos diplomáticos norte-americanos disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth no IFCH-UNICAMP. Após a avaliação dos documentos diplomáticos pose-se comprovar a hipótese do trabalho, sem que houvesse prejuízo da literatura já existente.

Palavras – Chave: Energia Elétrica- CMBEU-Diplomacia

Introdução

A hipótese da pesquisa é que o desenvolvimento dos projetos de cooperação técnica e financeira entre Brasil e Estados Unidos entre 1951 e 1953, empreendidos sobretudo pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU), atrasaram a definição de projetos nacionalistas para o setor, imaginados e enunciados pelo menos desde a campanha presidencial de Vargas em 1950 e apresentados com clareza, pela primeira vez em um documento oficial, na Mensagem Presidencial enviada ao Congresso em março de 1951 (Vargas, 1951; J. S. Pereira, 1975). Se a cooperação atrasou a definição de planos nacionalizantes para o setor, a ruptura unilateral da cooperação bilateral pelo governo norte-americano em 1953, por sua vez, abriu espaço para que o governo apresentasse e iniciasse a mobilização financeira necessária ao projeto original de expansão da participação estatal no setor elétrico, que fôra atrasado por pressão norte-americana (direta ou indireta) durante as operações da CMBEU (Bastos, 2001).

Sendo esta a hipótese, a discussão do objeto não pode ser entendida sem ter por referência as mudanças ocorridas na política externa norte-americana no final da década de 1940 ainda no governo Truman e posteriormente, em 1953, com a posse do governo republicano de Dwight Eisenhower nos Estados Unidos (Bastos, 2001).

O imediato pós-guerra experimentou relativa desconsideração da América Latina como área de interesse geopolítico relevante para a política externa dos EUA. Como amplamente discutido pela bibliografia, a atenção norte-americana estava concentrada neste momento para a Europa Central e Leste Asiático, regiões que se mostravam centrais para a definição de fronteiras entre o “mundo livre” e a “cortina de ferro” no início da Guerra Fria (G. Kolko, 1969; G. Moura, 1990; Bastos, 2001).

No final dos anos 1940, no entanto, o acirramento da Guerra Fria, devido às hostilidades da Guerra da Coreia e as crescentes manifestações esquerdistas ocorridas em regiões que experimentavam movimentos de libertação colonial, relativamente próximos ao bloco soviético (Índia, China, Egito, Coreia e Indochina), levaram o conflito bipolar para a periferia do capitalismo. Esta expansão do palco da Guerra Fria ocasionou uma mudança de foco nas preocupações geopolíticas americanas, obrigando ao estreitamento de relações diplomáticas norte-americanas com as periferias do “mundo-livre”. Estas novas relações

estiveram plenamente legitimadas pela “Teoria do Dominó”, na qual a queda de uma peça poderia levar a queda de uma segunda, sendo preferível evitar esta última ocorresse. Esta mudança de foco foi marcada pelo chamado Ponto IV da política externa de Truman e privilegiava aquelas regiões onde a ameaça comunista era mais flagrante e/ou que eram supridoras de matérias primas estratégicas para a mobilização militar norte-americana (S.Hanson, 1952 e 1956; D.A.Baldwin, 1966).

O contexto político brasileiro, por outro lado, era marcado pela vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. Justamente nesta época, o setor elétrico brasileiro passava por uma grave crise.

As primeiras tentativas de contornar a crise são oriundas desde 1942. Através do decreto lei nº 4295, de maio de 1942, que fixava medidas de emergência transitória relativa à indústria eletro-energética. Através deste decreto o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica poderia propor hora especial, determinar o acréscimo de capacidade instalada mediante o aparelhamento mais eficiente dos sistemas existentes, ou construção de novas instalações para a produção. O mesmo decreto mencionava pela primeira vez oficialmente a questão, que seria regulamentado em novembro do mesmo ano, pelo Decreto Lei nº 10.563.

Neste Decreto formalizava-se dois tipos de racionamento: O racionamento preventivo e o racionamento corretivo. O primeiro visava impedir a ocorrência dos efeitos nocivos de futura deficiência de energia elétrica, o segundo destinava-se a sanar os casos de urgência, tais como acidentes e escassez de combustíveis que afetassem o funcionamento da economia.(Energia Elétrica no Brasil).

O descompasso da demanda e da capacidade instalada surgira com a crescente urbanização verificava-se um aumento na demanda energética domiciliar e de iluminação pública, também ocorria uma mudança na estrutura produtiva brasileira, com o surgimento de novos ramos industriais, entre eles os setores de material de transporte, material elétrico e de comunicação, metalurgia, química e borracha, os quais possuíam um elevado consumo de eletricidade.

Outra variável que pressionou as taxas de crescimento da demanda foi o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis (destacando-se o segmento produtor de material elétrico-eletrônico), crescimento este impulsionado pela reforma da

política cambial realizada no governo Dutra, em 1947, que induziu a diversificação deste setor que no imediato pós-guerra era eminentemente atendido por importações. A energia elétrica era um insumo deste setor e um bem de consumo para o consumidor final destes produtos, incrementando ainda mais a demanda. Estes fatores aliados ao rígido controle exercidos sobre as tarifas de energia, que funcionavam como um estímulo à demanda e a tendência observada no país de privilegiar a energia elétrica frente às outras possibilidades fechavam o descompasso da demanda. O desequilíbrio do setor é oriundo da incapacidade da oferta acompanhar esta crescente demanda, visto que as filiais estrangeiras, em particular a “Light” haviam esgotado suas fontes geradoras de energia hidráulica, em partes pois estas haviam prejudicadas pelas restrições às importações de equipamentos necessários para a ampliação das mesmas, durante o período da Segunda Guerra Mundial, já que o processo de importação de equipamentos estava extremamente burocratizado em função da escassez de transporte pela Marinha Mercante. Estas alegavam só poderem ampliá-la caso fosse permitido aumento de tarifas e áreas de concessão requerendo obras pioneiras para regularização e aproveitamento de recursos hidráulicos situados distantes dos principais centros urbanos, gerando a necessidade de longas linhas de transmissão. Enfim era necessário um grande volume de recursos para adequar-se às mudanças na escala ocorridas no setor, estando em questão o modelo de financiamento e os agentes organizacionais (públicos, privados ou mistos) responsáveis por ela (Panorama, 1988; N. Castro, 1985)

Neste contexto, ainda no final do Governo Dutra iniciara-se a discussão para a formação da “Comissão Mista Brasil Estados Unidos”, que materializava a aproximação diplomática entre Brasil e Estados Unidos que entrou em vigor no início do governo Vargas, em uma barganha que envolvia a solicitação brasileira de recursos para financiar o “reaparelhamento” da infra-estrutura de energia e transporte brasileira. Este acerto diplomático é fruto de uma barganha na qual o trunfo brasileiro para obter promessas de financiamento era a posse de minerais estratégicos úteis para estratégia de guerra americana (sobretudo monazita) cujo Brasil era o único possuidor do mundo livre. Daí a materialização de um compromisso de amplo programa de investimento nos setores de infra-estrutura a partir dos trabalhos da CMBEU, voltado à eliminação de pontos de estrangulamento ao crescimento da economia brasileira. O financiamento seria fornecido

por empréstimos públicos de organismos internacionais como o Eximbank (agência do governo norte-americano) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a principal agência do Banco Mundial.

Por conta disto, depois de formulados e aconselhados pela CMBEU, os projetos elaborados seriam ainda analisados pelos bancos para avaliar se eram “sãos e produtivos”. Assim, a avaliação ulterior dos mesmos podia impor condicionalidade extras a respeito da organização e funcionamento dos setores financiados. Isto era um aspecto central da barganha, pois criava um recurso de poder que permitia aos bancos influenciar diretamente as políticas governamentais (Bastos, 2001).

No início dos anos 1950, o Banco Mundial passava por uma fase de consolidação de sua reputação junto ao mercado de capitais nova-iorquino (Wall Street), uma importante fonte de capital para empréstimos do banco. Esta circunstância vinculava o banco de fomento a uma visão contrária a apoiar programas de governo que não fossem confiáveis aos olhos dos investidores internacionais, dando assim preferência às filiais estrangeiras (Mason & Usher, 1971). Conseqüentemente, no caso brasileiro, os projetos da Comissão Mista só eram aprovados pelo Banco Mundial se não representassem a possibilidade de concorrência com as empresas estrangeiras do setor. Aliás, a ideologia de estímulo ao investimento externo defendida pelo banco o levava a apoiar uma configuração da expansão do setor elétrico brasileiro por meio do financiamento às filiais norte-americanas (sobretudo Light e Amforp), o que de fato se refletiria na liberação posterior de recursos para empréstimos aprovados pela CMBEU.

Em síntese, uma política de desenvolvimento desejável aos olhos do Banco Mundial seria aquela em que os empreendimentos governamentais complementassem e atraíssem investidores estrangeiros. Como este banco estava em fase de consolidação da sua reputação em Wall Street, a necessidade de consolidar a imagem de um banco confiável aos olhos dos investidores desta praça financeira, tendia a limitar empréstimos àqueles países cujos programas econômicos fossem considerados estatistas aos olhos dos investidores nova iorquinos, pois estes não gostariam de ver seus recursos financiando governos ditos de linha socializante, que defendessem a ação estatal em esferas nas quais a iniciativa privada poderia explorar com maior eficiência.

O papel do banco era exatamente financiar projetos que eliminassem os pontos de estrangulamento da economia que impedissem tanto o crescimento econômico quanto o investimento externo, de maneira que investimentos estatais não deveriam ser financiados se concorressem nas áreas de atuação das filiais, tendendo a expulsá-las ao invés de as atrair. O modelo de governo para esta instituição seria aquele que garantiria uma esfera lucrativa para o capital estrangeiro concentrando em serviços públicos e infra-estrutura básica, mas evitasse a sobreposição em áreas de investimento privado externo (Mason & Usher, 1971).

Vargas, por outro lado, nunca escondera o forte caráter nacionalista de seu plano energético durante sua campanha presidencial ou mesmo na primeira Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional. Porém o principal problema referente ao desenvolvimento estatizante do setor elétrico era a necessidade de obter recursos por meio da “cooperação internacional”. Isto tornava o projeto estatizante extremamente vulnerável, já que ia de encontro aos interesses internacionais, uma vez que o governo norte-americano e o Banco Mundial (responsável pelos empréstimos ao setor elétrico) atribuíam ao Estado apenas um papel regulador e suplementar aos investimentos privados e esta dependência limitava a autonomia decisória sobre os projetos (M. Bandeira, 1973[1997], J. S. Pereira, 1974; S. Draibe, 1980).

A contradição do projeto esta no fato de que ao mesmo tempo em que possuía um projeto de cunho nacionalista no qual priorizava a atuação de empresas estatais em áreas conflitantes com as filiais estrangeiras, o país necessitava de recursos dependentes de instituições contrárias a esta ideologia nacionalista e a sua liberação poderia ser influenciada pressões em forma de *lobbies* destas empresas que do congresso e do governo norte-americano. Esta, aliás, era uma contradição que permeava não apenas os projetos do governo para o setor elétrico, mas seu projeto de desenvolvimento em geral (Bastos, 2001).

Sendo assim, a CMBEU acabou forçando o governo brasileiro a postergar a implementação de um projeto elétrico estatizante, em virtude da falta de autonomia financeira do mesmo. Ficando na dependência de recursos oriundos de uma barganha diplomática, estava sujeita a interesses e vetos de interlocutores externos que favoreciam justamente um projeto privado apoiado nas concessionárias internacionais do setor.

Em 1953, porém, uma mudança radical na política externa norte-americana acabaria abrindo um espaço para propostas que levariam à implantação da Eletrobrás quase dez anos depois. Em janeiro de 1953, tomou posse Dwight Eisenhower, presidente eleito nos Estados Unidos pelo partido republicano, fazendo com que a diplomacia do país seguisse uma nova diretriz. A prioridade do governo era conter o “expansionismo soviético” onde sua ameaça fosse mais visível com o menor custo possível para o contribuinte norte-americano. Apoiado na proposta eleitoral de estancar o crescimento do gasto governamental, a diplomacia norte-americana passou a rejeitar ou protelar atendimento de solicitações de ajuda econômica ou militar a menos que houvesse ameaça mais imediata de radicalização esquerdista na região solicitante.

Assim, a nova política externa norte-americana, juntamente com a descoberta dos minerais estratégicos antes importados do Brasil tanto em território americano como na África do Sul e as idas e vindas do governo Vargas que amedrontavam os investidores internacionais e o Banco Mundial (ilustrada no episódio no qual o presidente discursa contra as remessas de lucros e juros para o exterior que “sangravam” o país), acabaram por decretar a ruptura da CMBEU (S. B. Vianna, 1985; Bastos, 2001).

A ruptura unilateral da “cooperação internacional” levou o presidente Vargas a retornar aos projetos temporariamente interrompidos. Em 1953, logo após o fim da Comissão Mista, a equipe econômica do governo finalizou quatro projetos de lei para reformular o setor elétrico brasileiro (J.S. Pereira, 1975; Bastos, 2001)..

O projeto da Assessoria Econômica da Presidência instituía o Plano Nacional de Eletrificação, agregando um conjunto de quatro projetos e encaminhados ao congresso nacional em 1954. Estes projetos foram os seguintes: 1) Fundo Federal de Eletrificação, o qual arrecadaria recursos através do imposto único sobre energia (IUEE), com dotações orçamentárias e com 20% da arrecadação de taxas de despacho aduaneiro; 2) projeto que estabelecia o rateio e aplicação do imposto entre os governos estaduais, federal, municipal e o distrito federal, intimamente relacionado ao primeiro projeto; 3) um Plano Nacional de Eletrificação, que constituía um plano decenal visando investimento para ampliar a capacidade geradora instalada e o desenvolvimento das áreas de geração e transmissão de energia visando normas de unificação de freqüências e padronização de tensões de transmissão e distribuição e interligação do sistema; 4) a constituição das centrais elétricas

Brasileiras, a Eletrobrás, que teria como função gerir os empreendimentos de natureza industrial, esta, porém acabaria sendo implementada apenas no início da década seguinte 1962 (Pereira, 1974; J.L.Lima, 1984; Panorama, 1988; N.Castro, 1985).

Ao fim de um longo processo de avanços e recuos, o plano de estatização acabaria acomodando interesses estatais e privados, fixando um pacto de clivagem em que o governo ficava encarregado da função de gerador e transmissor, enquanto o capital internacional e nacional responsabilizava-se pela distribuição de energia. Este acordo este extremamente favorável as empresa estrangeiras, visto que este setor requeria menor capital para investimento, menor imobilização de capital fixo e um prazo menor de maturação do investimento (N. Castro, 1985).

O objetivo do projeto de pesquisa será o desenvolvimento do projeto de expansão da participação estatal no setor energético brasileiro durante o segundo governo Vargas, expansão esta que levou à proposição do projeto de criação da Eletrobrás em 1953. A avaliação dos planos do governo para o setor será realizada buscando enfatizar a importância das relações diplomáticas Brasil-Estados Unidos para a definição e o ritmo de apresentação das propostas de governo para o setor elétrico. Tentar-se-á mostrar que o desenvolvimento dos projetos de cooperação técnica e financeira entre Brasil e Estados Unidos entre 1951 e 1953, empreendidos, sobretudo pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU), atrasaram a definição de projetos nacionalistas para o setor, imaginados e enunciados pelo menos desde a campanha presidencial de Vargas em 1950 e apresentados com clareza, pela primeira vez em um documento oficial, na Mensagem Presidencial enviada ao Congresso em março de 1951. Se a cooperação atrasou a definição de planos nacionalizantes para o setor, a ruptura unilateral da cooperação bilateral pelo governo Eisenhower em 1953, por sua vez, abriu espaço para que o governo apresentasse e iniciasse a mobilização financeira necessária ao projeto original de expansão da participação estatal no setor elétrico, que fôra atrasado por pressão norte-americana (direta ou indireta) durante as operações da CMBEU.

O capítulo seguinte analisa bibliografia e s documentos diplomáticos norte-americanos sobre implantação da barganha materializada pela CMBEU; e, sobretudo, as pressões exercidas na CMBEU e Banco Mundial para reformulação/expansão do setor elétrico de maneira a incorporar interesses das filiais internacionais.

O segundo capítulo visa apresentar uma análise da bibliografia e dos documentos diplomáticos norte-americanos, discutindo a crise da “cooperação” bilateral retratada no fim da CMBEU (motivos, efeitos, percepções contemporâneas); e o espaço de manobra ganho pelo governo brasileiro para reformular o setor elétrico, desde que conseguisse contornar resistências internas para operar e financiar o sistema com recursos e gestão local.

O último capítulo busca apresentar os projetos sobre o setor elétrico apresentados no governo Vargas, tendo por referência a discussão realizada nos capítulos anteriores e uma avaliação crítica da bibliografia sobre a transição do setor energético da propriedade privada para a propriedade pública no período até 1962.

Capítulo I

A estratégia de desenvolvimento econômico de Vargas foi anunciada na campanha eleitoral (Bastos,2001 cap.5) e apresentada formalmente em 1951, quando, em Mensagem ao Congresso Nacional, concebia a industrialização como processo rápido e concentrado no tempo, a partir de um bloco de inversões públicas e privadas em infra-estrutura e indústria de base, reservando a empresa estatal um papel dinâmico (S. Draibe, 1980, p.232). Aproveitando o acirramento das tensões da Guerra Fria e a oportunidade de financiamento aberta pelo Ponto IV e tendo o trunfo de ser o detentor de minerais estratégicos, Vargas tentou resolver a questão de financiamento do seu projeto econômico através de uma estratégia associada, na qual a obtenção de recursos externos viria através da Comissão Mista Brasil Estados- Unidos, fruto de barganha diplomática entres os países.

Porém as pressões diplomáticas norte-americanas encontradas ao longo dos trabalhos da CMBEU indicam a dificuldade de implementar um projeto estatizante que não controlava com autonomia os recursos financeiros necessários, dependendo da obtenção de recursos contingentes de uma barganha internacional em que os interlocutores controlavam a liberação de recursos exatamente para favorecer um projeto privatista.

A campanha eleitoral de 1950 e a vitória de Getúlio Vargas aconteceram em momento internacional particularmente delicado. A conjuntura da virada da década presenciou uma mudança na política externa norte-americana, no que tange à prioridade estratégica conferida as diferentes regiões do globo sob sua influência (Bastos, 2001 pp.445 – 446).

A política americana no imediato pós-guerra negligenciou os países latinos direcionando-se principalmente ao leste asiático e a Europa Central, regiões estratégicas para a definição das fronteiras do “mundo livre” e do comunismo soviético. O Departamento de Estado relutava em aprovar empréstimos para projetos de desenvolvimento, quando a iniciativa privada estava apta a investir nestes setores, ilustradas nas palavras do secretário Acheson:

“... (he did not) Believe that rapid industrialization is good per se... Instead, Latin American should increase agricultural productivity and negotiate treaties that attracted and protected international investors”...I cannot stress too strongly that progress will come most rapidly in contries that help themselves vigorously”(apud Rabe, 1988)

Porém no final da década, movimentos de libertação colonial e de contestação popular de cunho esquerdista, relativamente próximos do bloco soviético (Índia, China, Coréia, Egito e Indochina), traziam a periferia capitalista para o centro das preocupações norte-americanas. A reorientação da política externa americana esteve embasada no ponto IV do discurso de posse do presidente Truman, realizado em janeiro de 1949. Visando evitar o “dominó soviético” através da teoria da contenção, lançou-se um programa de financiamento e assistência técnica, destinado a projetos de reequipamento e expansão de redes de infra-estrutura, uma vez que a promoção do desenvolvimento das regiões periféricas seria um anteparo à ameaça comunista, visto que a miséria funcionava como fermento à propagação de idéias subversivas. Tratava-se agora, de propiciar assistência técnica e financeira às regiões pobres sob sua área de influência, para evitar que elas o abandonassem. Ao invés de meramente expandir as vinculações militares negociando tratados de defesa mútua, caberia influenciar internamente as estratégias de desenvolvimento econômico dos países da periferia do capitalismo, sem deixar de vigiá-los militarmente não visando, portanto, apenas conter a ameaça após seu surgimento, mas evitando sua eclosão (S.Hanson, 1952 e 1956; D.A.Baldwin, 1966; Bastos, 2001). No caso brasileiro, do ponto de vista da diplomacia norte-americana, cabia enquadrar o país, da maneira mais adequada possível, aos requerimentos geopolíticos e econômicos da potência-líder do capitalismo e da propriedade privada. Assim, a extensão que o tema do peso da participação do capital externo no desenvolvimento econômico brasileiro, em particular na defesa da consolidação do controle de filiais norte-americanas sobre setores de infra-estrutura e insumos essenciais, não resultava apenas da defesa do interesse privado destas empresas, em resposta à pressão de seus *lobbies* no Congresso e no governo. Afinal, assegurar a participação de empresas norte-americanas em setores essenciais de um país aliado/subordinado implicaria, também, em melhor assegurar o acesso do governo e do sistema industrial-militar norte-americano a determinados materiais estratégicos deste país (Bastos, 2001, p.447).

O contexto nacional, por outro lado, era marcado pela vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. Justamente nesta época, o setor elétrico brasileiro passava por uma grave crise. Com o crescimento da urbanização e a expansão da indústria, o crescimento da demanda se mostrava muito superior à oferta, uma vez que as filiais estrangeiras do setor não se mostravam capazes de realizar investimentos requeridos pela nova escala de produção, gerando um ponto de estrangulamento em um setor fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira. Esta situação fora discutida pela diplomacia Brasil-Estado Unidos ainda durante o Governo Dutra, conforme manifesto em documentos norte-americanos nos quais foram analisadas e mapeadas as principais fontes energéticas, seus projetos de expansão e o limite operacional de suas plantas; os aspectos que levaram ao aumento da demanda, indicados pela crescente industrialização, o incremento nas técnicas agrícolas a eletrificação de bondes entre outros; os constantes racionamentos que paralisavam a economia; e até mesmo os problemas encontrados para a estabilização de serviços elétricos na zona rural. Avaliou-se também a situação de empresas americanas de utilidade pública e seus problemas de financiamento (NA832.2614/1-1350; NA832.2614/4-1450; NA 832.2614/06-1350; NA 832.2614//07-2650; NA 832.2614/12-1150).

Internamente a questão energética também vinha sendo amplamente debatida. Em um discurso intitulado por “Os problemas de energia do Brasil”, publicada no Diário de Notícias (27/12/1949), Juarez Távora, conhecido por suas fortes opiniões nacionalistas, apontava a solução da questão como crucial pra o progresso econômico, nem que para alcançar este objetivo tenha-se que recorrer, na fase inicial, ao concurso estrangeiro. O boletim da Conferência Nacional das Indústrias, incluída no artigo “*Electric Power in Brazil*”, em maio de 1951, também chamava atenção para a situação energética do país, a qual era incapaz de atender uma demanda regular e muito menos de atender o consumo de uma indústria em expansão, mostrando números desta discrepância. (NA 832.2614/1-550; NA 832.2614/5-1151).

É sob este contexto que analisamos a atuação da diplomacia econômica no segundo governo Vargas, cujo projeto econômico buscava aproveitar as oportunidades ou superar os limites trazidos pelas mutações da política externa norte-americana ao longo da década de 1950.

Desde o início das gestões bilaterais, era claro ao governo Vargas que o Ponto IV criara uma excelente oportunidade. Aproveitando o momento geopolítico favorável e reconduzindo João Neves ao Ministério das Relações Externas, o objetivo do presidente era trocar o alinhamento político-militar por colaboração econômico-financeira, seguindo o padrão que dera certo nas negociações realizadas durante o Estado Novo e resultaram no financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional. Buscava-se, agora, assegurar suprimentos essenciais frente à perspectiva de uma situação externa desfavorável com eclosão da Guerra da Coréia. Entre estes suprimentos, recursos para levar adiante os projetos de superação dos estrangulamentos na infra-estrutura identificado na campanha presidencial e enfatizado na mensagem presidencial de 1951 (G.Vargas, Mensagem; J. S. Pereira, 1975).

A barganha concentrou-se nas concessões que os norte-americanos teriam que fazer para obter os materiais estratégicos necessários, se possível sem que a contrapartida de financiamento público de projetos industriais implicasse em ameaças ao interesse das empresas de capital estrangeiro operantes no Brasil, justamente em um momento no qual o presidente brasileiro propunha um modelo de desenvolvimento econômico de cunho nacionalista que requeria a expansão do papel regulatório do Estado e da participação direta de empresas estatais no sistema de produção, modelo que entrava justamente em conflito com a área de atuação das filiais estrangeiras no Brasil (Bastos, 2001).

Frente ao projeto desenvolvimentista de Vargas, a opção de captar recursos via uma barganha, aberta pelo interesse norte-americano em minerais estratégico e participação do Brasil na Guerra da Coréia, era uma opção que prometia resultados menos custosos e dolorosos, visto que os tabus políticos internos expressos na dificuldade de se realizar uma reforma fiscal e financeira e a vulnerabilidade externa, gerada pela rígida pauta de importações, fruto do esgotamento de um processo de substituição de importações, criavam necessidades de divisas cambiais e de recursos financeiros em moeda nacional que, somente a muito custo e risco, poderiam eventualmente ser mobilizados, sem que se dependessem de recursos externos (Bastos 2001, p.450).

A inexistência de relações diplomáticas com o bloco comunista, liderado pela União Soviética. Esta distância herdada do governo Dutra, que muitas vezes nas decisões da ONU, tendia a agir de modo mais radical e intransigente, como um servo que se digladiava,

enquanto o senhor discute com o Adversário, adotando uma postura, cunhada na época pelo Secretário-Geral da ONU, Oswaldo Aranha, “mais realista que o rei”. O Brasil chegou até a preparar um rompimento de relações com a União Soviética evitado pelo governo norte-americano o que prova a exarcebação do reacionarismo do presidente brasileiro.(Bandeira, M, 1998).

Esta característica da política externa oriunda do governo anterior juntamente com o estágio inicial de reconstrução européia impossibilitava a política de “equidistância pragmática” em relação as grandes potências, restando-lhe apenas os Estados Unidos como “aliado natural” (G. Moura, 1991). Não obstante tenha ameaçado de caminhar para a esquerda, isto fora rapidamente percebido pelos analistas diplomáticos americanos como um blefe (NA-M148:732.00/9-1450 *apud* Bastos, 2001, p.451).

Desta maneira, a barganha de Vargas, desde o início dependeu da disponibilidade de areias monazíticas, trunfo conhecido pelo presidente e plenamente vinculado à resposta favorável à solicitação brasileira de constituir uma comissão mista nos termos do Ponto IV (NA M-1487: 732.00/ 1-1051). No início de janeiro de 1951, o memorando enviado por Vargas ao Departamento de Estado indicava claramente que a cooperação brasileira para fornecimento de minerais estratégicos deveria ter, como contrapartida norte-americana, a oferta de recursos financeiros e técnicos vinculados a extenso programa de industrialização de base e reaparelhamento da infra-estrutura (GV 51.01.04/2 *apud* Bastos, 2001, p.453). Vargas chegou mesmo a afirmar, publicamente, que a posse de areias monazíticas seria o grande instrumento de barganha brasileiro durante a Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, convocada pelos EUA para assegurar a cooperação pan-americana no esforço de guerra na Coréia (*O Globo*, 19/01/1951, *apud* Bastos, 2001, p.453).

Durante a conferência, realizada em Whashington entre 26 de março e 7 de abril de 1951, João Neves, o qual era encarregado da delegação brasileira, através de amplos preparativos (no quais, em seus primeiros contatos com o Embaixador americano, tratou confidencialmente sobre a questão de países produtores de minerais estratégicos) propiciou ao país um grande espaço para o tratamento de questões referentes à ajuda econômica.

Os Estados Unidos enfatizaram seu programa de defesa, para o qual requeriam prioridade em face da emergência internacional.O desenvolvimento da América Latina deveria continuar, mas somente a mediada que os estoques disponíveis permitissem. A

delegação brasileira por sua vez defendeu a noção da agressão interna, ou seja, a Revolução como principal ameaça que pairava na América Latina, de que modo que seria necessário a promoção do desenvolvimento econômico como um anteparo à ameaça subversiva em países desolados pela pobreza e desigualdades sociais. A defesa militar seria inócua se o país não alcançar um nível de desenvolvimento capaz de suprir suas dificuldades internas básicas (Bandeira.M, 1998). Esta postura brasileira ficaria ainda mais clara nas negociações preliminares do Acordo Militar, durante a viagem de Góes Monteiro aos EUA em meados do mesmo ano, ilustrada pela carta enviada por João Neves ao secretário de Estado Acheson, cuja finalidade era apresentá-lo ao General Góes Monteiro, na qual ele afirmava: “...*“I trust that you realize that the continuous conspiracy of internal communism headed by Luiz Carlos Prestes and others agents is causing my Government considerable apprehension and that our utmost vigilance is required to prevent any armed turbulences...”* (NAM1487:732.5811/7-951 *apud* Bastos 2001 , p.337).

A reunião não alcançou plenamente o seu objetivo, de mobilizar o apoio da América Latina à intervenção dos Estados Unidos na Coréia e à sua política de preparação para a guerra contra a União Soviética e o bloco socialista. O único objeto concreto fôra a declaração anti-soviética aprovada pelas 21 nações do Continente.

Embora contatos e ofícios entre autoridades brasileiras e americanas, para definir fontes de financiamento externo para os setores de infra-estruturam, houvessem sido iniciadas nos primeiros meses de 1950, fora a partir de entendimentos durante a conferência que o governo brasileiro propôs ao dos Estados Unidos, em outubro daquele ano, a criação da Comissão Mista Brasil Estados-Unidos de Desenvolvimento Econômico.(L.Martins, 1966; Moura, 1990; M.C.D’Araújo, 1982; M.M. Vianna, 1980; S.B. Vianna, 1985).

Depois de muitas negociações em torno do pleito americano em prol do envio de tropas para a guerra da Coréia, e a exigência do Brasil de um empréstimo de US\$500 milhões e ainda armamento para as forças armadas e suporte para a montagem de fábricas para industrialização dos minerais, em julho de 1951, a CMBEU foi constituída a partir de um compromisso informal norte-americano de assegurar pelo menos US\$ 300 milhões para financiar os projetos aprovados pela Comissão Mista (junto ao Banco Mundial e ao Eximbank).

Entre os seus objetivos centrais estavam a elaboração de projetos visando a implementação de indústrias “germinativas” e a superação dos pontos de estrangulamento nos setores de transporte e energia, sendo a expansão e a reabilitação destes dois setores o topo das prioridades da Comissão, definindo o montante do investimento para cada projeto e especificando a necessidade de moeda estrangeira para a importação de máquinas e equipamentos. Ficando a cargo da Comissão Mista recomendar aos organismos internacionais o estabelecimento de linhas de crédito vinculadas aos projetos de desenvolvimento.

O financiamento dos projetos contaria tanto com fontes externas, através de recursos fornecidos pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e pelo Eximbank, quanto perante uma contrapartida interna, através de criação de tributos especiais sobre a renda e lucros não distribuídos das empresas e ainda mediante a captação, via depósitos compulsórios, das companhias de seguros e capitalização, institutos de aposentadoria, pensões, caixas econômicas e além de investimentos privados (D’Ávila Viana, pp.109-110).

Neste sentido, o programa de Reparcelamento Econômico, instituído pela Lei nº 1.474, de 19 de novembro de 1951, e o Banco Nacional de Desenvolvimento, criado pela Lei nº 1.628, de junho de 1952, constituíram suporte institucional para a estrutura interna de financiamento, tanto para a aplicação do montante de moeda estrangeira quanto para o levantamento de recursos para a contrapartida brasileira ao volume total previsto de um bilhão de dólares (S. Draibe; 1980 p.197).

O PRE previa, para a criação de recursos internos, a instituição, por cinco anos, de um adicional restituível sobre o imposto de renda, de pessoas físicas e jurídicas, e a criação de uma taxa adicional de 3% sobre as reservas e lucros em suspensão ou retidos pelas empresas. Tais taxas seriam vinculadas às obras de reparcelamento de portos, ampliação de frigoríficos, matadouros, elevação do potencial energético, desenvolvimento da agricultura e indústria de base. A elaboração de projetos específicos do Reparcelamento Econômico estaria a cargo da Comissão. O BNDE foi constituído como agência estatal para a execução dos planos do programa e como agente do Tesouro para as operações financeiras, inclusive oferecendo garantia aos créditos externos.

Pelo fato do financiamento externo ser fornecido por empréstimos públicos de organismos internacionais, depois de formulados e aconselhados pela CMBEU, os projetos elaborados seriam ainda analisados pelos bancos para avaliar se eram “sãos e produtivos”. Assim, a avaliação ulterior dos mesmos podia impor condicionalidades extras a respeito da organização e funcionamento dos setores financiados. Isto era um aspecto central da barganha, pois criava um recurso de poder que permitia aos bancos influenciar diretamente as políticas governamentais (Bastos, 2001).

Justamente nesta época (início da década de 1950), o Banco Mundial estava buscar estabelecer sua posição e consolidar uma reputação que permitisse sua expansão posterior. Logo o BIRD não se limitava a realizar avaliações meramente técnicas das opções de desenvolvimento à disposição dos países que apelavam por créditos a longo prazo. O Banco também estava sujeito a pressões econômicas e políticas, seja porque tentava se consolidar como a fonte por excelência de crédito de longo prazo junto aos países periféricos, seja porque precisava consolidar seu próprio crédito junto à principal fonte de capital para a expansão de suas operações, ou seja, o mercado de capitais nova-iorquino. Esta necessidade de consolidar a imagem de um banco digno de confiança aos olhos da comunidade de investidores de Wall Street tendia a limitar seus empréstimos, ao apoio de um programa de desenvolvimento implementado por um governo que não fosse confiável aos olhos dos investidores estrangeiros e, em particular, às regras escritas ou tácitas da comunidade financeira nova-iorquina. Uma vez que os investidores não gostariam de ver seus recursos financiando indiretamente governos de linha socializante e/ou nacionalista, que defendessem a expansão de empreendimentos estatais em esferas de atividade que a livre iniciativa poderia explorar com maior eficiência, e que no limite apelassem até a ameaças de expropriação dos direitos de propriedade (Mason & Usher, 1973, cap.14).

Desta maneira o modelo de desenvolvimento preferido de governo garantiria a propriedade privada, criando um ambiente favorável para a absorção de novos investimentos. A atuação da esfera pública deveria limitar-se a serviços tais como saúde, alimentação e educação, mas, sobretudo evitando a atuação ou sobreposição em outras áreas que atrapalhassem a atração espontânea de investidores externos, a fim de atrair e complementar novos investimentos externos, através da superação de gargalos da economia que inviabilizavam o crescimento sustentado (Mason & Asher, 1973). Esta posição era

semelhante à do Departamento de Estado, que representava a política externa do país mais influente no Banco.

Pouco tempo depois de finalizada a barganha de setembro de 1951, Vargas realizou um agressivo discurso contra as remessas de lucro das filiais estrangeiras, que estariam se aproveitando de uma brecha legal da SUMOC para “sangrar” a economia brasileira (G. Vargas, *O Governo Trabalhista do Brasil*, vol. II, p. 68 e segs.). Como a iniciativa do presidente ameaçava frontalmente a rentabilidade dos investimentos estrangeiros no país, ela estava inteiramente em desacordo com as condicionalidades implícitas para a liberação dos recursos externos. A partir de então, os diplomatas norte-americanos passaram a negociar vários recuos do governo para autorizar a liberação dos primeiros empréstimos para financiar os projetos da CMBEU. No primeiro documento norte-americano de avaliação das atividades da CMBEU, em outubro de 1951, o chefe interino da seção norte-americana, Merwin Bohan, sintetizou com clareza as concessões que já vinham sendo exigidas dos brasileiros, e os êxitos que vinham conseguindo em obtê-las (NA 832.00-TA/10-1151 *apud* Bastos, 2001 p.469)

Depois de muitas idas e vindas do presidente Vargas, muitas exigências americanas, tais como a constituição de um fundo que permitisse o financiamento em moeda local e um projeto de reforma da rede ferroviária, e diante da promessa de uma rápida aprovação da Lei do Mercado Livre, os primeiros empréstimos para a CMBEU foram finalmente liberados em junho de 1952, fato este comprovado por documentos diplomáticos... *“In June, when the bank make two loans to Brazil, it was given assurance that the (free-market) bill would be passed promptly”* (NA832.2553/5-2152 *apud* Bastos, 2001, p.472).

Esta resistência em liberar os empréstimos antes da aprovação de um estatuto mais favorável para as remessas de lucro, expressa a importância que se conferia à participação de empresas estrangeiras no desenvolvimento no Brasil, esta importância ficaria mais clara no episódio de liberação do empréstimo para as Empresas Elétricas Brasileiras, subsidiária da American & Foreign Power (AMFORP) que foi destinatário do primeiro empréstimo liberado para o setor elétrico e do maior de todos os empréstimos (US\$ 41 milhões) liberados a partir dos trabalhos da Comissão Mista. Este conglomerado elétrico dispunha de concessões em Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e outros quatro estados, sendo a maior empresa norte-americana no Brasil (NA 832.2614/11-7-51).

A participação estrangeira no setor elétrico brasileiro (sobretudo da LIGHT e da AMFORP) há tempos era motivo de controvérsia, em que os críticos argumentavam que as empresas eram incapazes de ampliar a geração de energia, melhorar o serviço de distribuição e cobrar tarifas justas, e os representantes das empresas diziam-se impedidos legalmente pelo Código de Águas, instituído por Vargas em 1934, de cobrar tarifas remuneradoras o suficiente para ampliar a oferta, já que deveriam ser calculadas sob a forma de serviço sobre o custo, levando em conta as despesas de operação, as reservas para depreciação e ainda a justa remuneração do capital (Catullo Branco, 1975; J.L. Lima, 1984; e N. J. de Castro, 1985). A controvérsia ficou mais acirrada e premente quando o presidente Getúlio Vargas deu a entender, em sua Mensagem ao Congresso Nacional de 1951, que o programa energético federal tinha forte tendência nacionalizadora, estando pronto a apoiar também programas estaduais neste sentido:

“...Apesar de lucrativas, as grandes empresas não têm atraído novos capitais em proporção conveniente e vêm retardando seu ritmo de expansão para não ultrapassar as possibilidades de auto-financiamento ou de obtenção de créditos com o apoio dos governos. É uma característica da época atual o desinteresse do capital privado para serviços de utilidade pública. Mesmo nos Estados Unidos, tais empresas encontram-se em grandes dificuldades de financiamento. Cumpre acrescentar que essas dificuldades não são estranhas à tendência nacionalizadora nos principais países europeus...É indispensável, por isto, que o governo assuma uma posição ativa em face do problema de criação de novos recursos de energia elétrica.um grande acréscimo das atividades administrativas do governo com o desempenho das funções fiscalizadoras da contabilidade e da implantação do princípio tarifário do serviço pelo custo., além das tarefas precipuamente técnicas de engenharia e financeiras, sobretudo com a concretização dos projetos relativos ao fundo e ao banco de eletrificação.A oferta de energia deve preceder e estimular a demanda. A falta de reserva de capacidade e as crises de eletricidade são processos de asfixia econômica de conseqüências funestas. É indispensável, por isto, que o Poder Público assuma a responsabilidade de construir sistemas elétricos, onde sua falta representa maiores deficiências...

(G. Vargas, Mensagem..., 1951, pp. 156-9).

O problema do programa nacionalizante varguista era que a expansão imaginada pelo setor elétrico dependia de recursos a serem obtidos via “cooperação internacional”, só que sem perder a capacidade de decidir sobre o destino destes recursos, ou seja, sem perder a autonomia decisória. Em contrapartida, os bancos usariam o controle de fundos financeiros como um recurso político para buscar preservar a posição do capital estrangeiro no setor elétrico brasileiro com o apoio da CMBEU. A Light, conglomerado canadense, recebeu o primeiro empréstimo do Bird, durante o ano de 1949, que fora usado apenas para

cobrir o investimento em novos equipamentos comprados em dólar e expandir várias subsidiárias no Brasil, mas segundo um memorando enviado pelo vice –cônsul ao secretário em março de 1950, no qual ele descreve o sistema energético de São Paulo e as suas dificuldades, o mesmo afirma: *“this will not be sufficient to do more than postpone for a little while the need for a considerable increase in the capacity of the São Paulo network”* (NA 832.2614/3-1750). Sendo que a planta inaugurada próxima de Americana, no rio Atibaia, apenas 24 horas depois de sua inauguração teve toda sua capacidade utilizada (NA 832.2614/1-1350)

Uma vez instituída a CMBEU, as primeiras solicitações governamentais brasileiras (o empreendimento federal da CHESF em Paulo Afonso e os empreendimentos estaduais no Rio Grande do Sul, pela CEERG, criada em 1943; Minas Gerais, pela CEMIG, criada em 1952; e São Paulo, pela USELPA, em 1953) concorriam por recursos com as solicitações feitas pela AMFORP e pela LIGHT. O Departamento de Estado sabia ser necessário dosar o atendimento às solicitações governamentais (mas de preferência através de contratos de fornecimento de equipamentos por exportadores norte-americanos) com a preservação do poder de mercado e da capacidade de expansão das filiais estrangeiras no setor, visto que a ameaça política e econômica era evidente e ilustrada por documentos diplomáticos:

1-Cia Hidro-Elétrica do São Francisco. “ With a specific commitment on the part of this government to facilitate supply and equipment for this national power project, it is politically important that there be no delay in priority assistance. A large American contracting company has already had difficulties in connection with CPM and has had to change its entire construction program planning... and any further deferrals of priorities would hardly be helpful to our relations or enhance the position of the American concern having the construction contract.

2-Rio e São Paulo –Light and Power Company. “The projects have been under way for a long time and represent an urgent, necessary expansion program. Any delays in the completion of these projects would certainly have important repercussions upon our relations”

3-Cia. Força e Luz de Minas Gerais; Cia. Energia Elétrica da Bahia and Cia. Paulista de Força e Luz. “The above companies are part of the American and Foreign Power Company’s Brazilian operation chain... these particular operations unit are been under fire, locally, for their failure to improve services. The projects represent the initial step by the owners to meet the demands for improvement of service. In view of the growing agitation in Brazil for public power ownership, its highly important not to add to the problems of this American capital investment (regarded as the largest in Brazil) throughway action tending to delay completion of its current program.” (NA 832.2614/11-751).

Inclusive temia-se que a insatisfação popular perante aos contínuos racionamentos em todo Brasil pudessem ser usados como pretexto para agitações subversivas, contra as empresas de capital estrangeiro, expressos em memorandos, enviados para o departamento de Estado norte-americano, que tratam respectivamente dos efeitos políticos do racionamento na Bahia e em São Paulo:

“...The result of this arbitrary scheduling is wave protests against the company, widely identified as American....The communist paper is, of course, having a field day, calling for immediate expropriation”(NA 832.2614/5-2753).

“The communists have used the inability of the public utility companies to satisfy local demands for power as the bases for a heavy propaganda drive against them. The companies themselves, being most part foreign-owed, are particularly vulnerable to such attacks”(NA 832.2614/6-553)

A preocupação da diplomacia norte-americana era compartilhada pela alta cúpula do Banco Mundial, no caso do setor elétrico brasileiro. A concordância de interesses entre a diplomacia norte –americana e os mercado financeiro nova-iorquino era evidente, pois o Banco Mundial não desagradaria tanto os acionistas de Wall Street dos grandes conglomerados no Brasil (LIGHT e AMFORP) quanto os planos da diplomacia norte-americana, em nome dos projetos nacionalizantes varguistas que eram contrários à própria concepção de desenvolvimento equilibrado do Banco. Por outro lado, a cúpula do Banco Mundial não podia deixar de divulgar o caráter “técnico” de seus posicionamentos, sabendo se preservar diante de um tema politicamente tão central quanto os termos da associação de empreendimentos públicos e privados na expansão do setor de energia no Brasil. Neste sentido, a solicitação do Estado do Rio Grande do Sul para o financiamento do plano de eletrificação do Estado foi imediatamente redirecionada pelo presidente do Bird, Eugene Black, para o corpo técnico da CMBEU. Este desvio se fez muito embora, segundo memorando de Burke Knapp ao Departamento de Estado, Ary Torres expressasse na seção brasileira da Comissão Mista a mesma preocupação que fizera o Banco Mundial recusar analisar e atender isoladamente a requisição: a preocupação com os possíveis conflitos entre os interesses da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da American Foreing Power Company, e especialmente o temor de que a intervenção da CMBEU, no

Rio Grande do Sul, poderia ser vista apenas um meio de protelar ainda mais o empréstimo solicitado (NA 832.2614/11-3051).

Significativamente, Eugene Black afirmava para Knapp e Torres que o desejo do Banco era conhecer *“the views of the Joint Comission regarding this program and the place which it should take in the general economic development for Brazil”* (NA 832.2614/11-3051).

Foram impostas, posteriormente, condições para o encaminhamento do empréstimo, conforme a descrição feita pelo cônsul norte-americano em Porto Alegre, em relatório de expedição para o Departamento de Estado norte-americano, de sua conversa com o presidente da instituição multilateral, na qual engenheiros e oficiais do banco apresentavam obstáculos e esperavam a solução destes, para a liberalização dos empréstimos destinados a cobrir os custos referentes ao segundo passo do plano estadual de eletrificação. Suas principais solicitações eram: a formação de uma autarquia que seria responsável pelos empréstimos; a determinação de uma eleição de prioridades na construção de projetos para melhor eleger as necessidades e disponibilidades, sob a fiscalização do corpo técnico do Banco Mundial; garantia do governo federal referente ao empréstimo estadual (NA 832.2614/12-1351).

Neste ponto, embora a fiscalização fosse revestida de um caráter técnico e fosse implementada por engenheiros, a questão mais importante para a definição dos projetos governamentais prioritários que podiam ser financiados pelo Banco era de fato a sobrevivência da filial estrangeira ou, se havia a possibilidade de complementaridade ou concorrência direta entre os projetos governamentais e a expansão da filial estrangeira no setor de geração ou no de distribuição, onde a maior parcela de seus lucros eram feitos. Com efeito, a opinião do oficial responsável do Banco, no relato do cônsul norte-americano, era a de que os projetos governamentais no Rio Grande do Sul atenuariam o descontentamento popular com a precária situação do sistema energético e poderiam até aumentar a rentabilidade da filial estrangeira no setor de distribuição, pois se o empréstimo fosse liberado a CEEE, estaria na posição de tender adequadamente a demanda por energia elétrica de Porto Alegre e de grande parte do estado, podendo continuar a operar, principalmente por ser a única companhia a possuir linhas de transmissão na cidade de Porto Alegre:

“The present situation is that the CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica) can be expected to restrict CEERG (Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense) distribution to Porto Alegre and Canoas... The CEERG franchise is scheduled to end in seven years but it will still be in a position to continue operation, particularly since it is the only company that has distribution lines in Porto Alegre. At least one IBRD official has commented that he personally *does not see how a loan to the CEEE would in any way hurt the CEERG. He maintains that the local CEERG steam generating plant is inefficient...but that the company has a valuable investment in its distribution system.* He maintains that the present inefficient CEERG generating plant that they must be making their profit out of the distribution system and not out of production, therefore, whether or not their steam plant is used should not make a great deal of difference financially. He also maintains that if the CEEE is not able to supply the city until 1962, 1963 or 1964, instead of 1957 or 1958, there will be just that much more pressure and ill feeling toward the CEERG”. (NA 832.2614/12-1351).

Inclusive, os resultados dos estudos da Comissão Mista atribuíam um importante papel à intervenção direta do Estado na produção de eletricidade. Este posicionamento vinha reforçar as experiências de empresas públicas e planos estaduais como no caso do Rio Grande do Sul, no qual houvera a articulação de interesses. O caráter suplementar da atividade do Estado foi destacado através da ação pioneira do governo federal na Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF (N.Castro,1985). Outros casos da intervenção estatal examinados pela CMBEU foram os Estados de Minas Gerais e o já citado Rio Grande do Sul. Pode-se dizer que a Comissão Mista atuou na consolidação do “pacto de clivagem” (N.Castro, 1985):

“As únicas companhia de energia de relativa importância no nordeste são as subsidiárias das Empresas Elétricas Brasileiras...o Programa de(financiamento da Comissão Mista) em Maceió se limita ao melhoramento no sistema de distribuição pois a Companhia espera comprar e distribuir energia de Paulo Afonso.(Ibid, p.269, *apud* N, Castro,1985, pág.161)

As companhia mistas limitam suas atividades à construção e operação de grandes usinas geradoras e das linhas de transmissão, deixando a distribuição da energia a cargo de empresas privadas e das municipalidades
(Ibid, p.270, *apud* N, Castro,1985, pág.162)

Mais do que financiar apenas os empreendimentos públicos que não ameaçassem diretamente as filiais estrangeiras, o principal recurso à disposição da diplomacia norte-americana e do Banco Mundial para influenciar a configuração da expansão do setor elétrico brasileiro era mesmo o financiamento conferido às próprias filiais estrangeiras. Embora a AMFORP fosse diretamente favorecida pelo Departamento de Estado por ser uma empresa norte-americana, o Banco Mundial mantinha uma indisfarçável preferência

pelo grupo LIGHT, cuja filial mexicana recebera o segundo empréstimo do Banco Mundial para a América Latina, em 1949 (Mason & Asher, 1973, pp. 158 e segs.).

Esta preferência por empresas de capital estrangeiro e nebulosidade das avaliações “técnicas” feitas pelos bancos foram ilustradas em memorando no qual era requisitada da Comissão Mista a avaliação do projeto hidroelétrico do Paraná, cujo requerente expressava a sua desconfiança em relação aos critérios técnicos adotados pelas instituições multilaterais “... *as a general policy both the IRBD and Eximbank were incline to finance only those itens which need to be purchased abroad*”(NA832.2614/7-1452).

No que tange às relações entre o Brasil e o Banco Mundial, a LIGHT não foi só a primeira destinatária de um empréstimo para o Brasil, também em 1949, como obteve nada menos que 56% do valor total de todos os empréstimos feitos pelo Banco no país até 1958. Além dos empréstimos liberados pelo Banco Mundial para a AMFORP em 1950 (US\$ 15 milhões), para a LIGHT em 1949 (US\$ 75 milhões) e em 1951 (US\$ 15 milhões), o mais significativo dispêndio aprovado e liberado a partir dos trabalhos da Comissão Mista foi, de longe, o empréstimo conferido à AMFORP pelo Eximbank (US\$ 41,1 milhões); somando um novo empréstimo conferido à LIGHT pelo Banco Mundial em 1954 (US\$ 18,8 milhões), cerca de um terço (US\$ 60 milhões) do total de recursos liberado pelos bancos (US\$186 milhões) dentre os 41 projetos (ou US\$ 387 milhões) aprovados pela CMBEU destinou-se a apoiar a expansão das duas grandes filiais estrangeiras no setor de energia elétrica (Bastos , 2001 , pp.477-478).

Tabela I
**COMISSÃO MISTA BRASIL - ESTADOS UNIDOS: PROJETOS DO SETOR DE
 ENERGIA ELÉTRICA (em valor monetário e KW)**

NÚMERO DE PROJETO E EMPRESA BENEFICIADA	Custo Estimado \$	Meta de ampliação da capacidade instalada (em milhões de cr\$)	Participação de cada Projeto na ampliação (em KW)	Participação em %
Nº 5 - Comissão Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Rio Grande do Sul)	25.000	1.004	137.200	20,1
Nº 6 - Usinas Elétricas do Paranapanema S.A (São Paulo)	10.000	555	60.000	8,8
Nº 9 - Empresas Elétricas Brasileiras (AMFORP)	41.141	1.346	170.660	25
Nº 11 - Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande - CEARG (do Grupo CEMIG)	7.300	150	24.000	3,5
Nº 12 - Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	8.500	120	60.000	8,8
Nº 14 - Companhia Nacional de Energia Elétrica (São Paulo)	1.470	17	9.600	1,4
Nº 22 - Companhia Matogrossense de Eletricidade	1.630	34	11.410	1,6
Nº 24 - Companhia Força e Luz de São Paulo	18.790	316	160.000	23,5
Nº 29 - Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce - CEARD	15.916	1.061	50.000	7,3
TOTAL	129.746	4.603	682.870	100

Fonte: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, *op.cit.*, vol. II, cap. IX.

Tendo em vista a resistência que Vargas manifestava publicamente contra a participação estrangeira no setor elétrico, o maior óbice para a aprovação dos primeiros empréstimos em junho de 1952 foi precisamente sua demora constrangedora em aprovar o empréstimo para a AMFORP, sem o qual os norte-americanos afirmavam que não liberariam qualquer outro empréstimo para a CMBEU. Se isto não fosse feito até 31 de junho de 1952, porém, o governo federal perderia as contrapartidas votadas pelo Congresso Nacional para a constituição do BNDE, de maneira que Vargas estava em um dilema inescapável: ou liberava um empréstimo que ia de encontro a seus projetos nacionalizantes para o setor elétrico, ou todo o esquema financeiro armado para a superar cooperativamente os estrangulamentos de infra-estrutura básica ruiaria de início. O presidente teve que recuar, diante das pressões diplomáticas que experimentou (NA 832.00 TA/ 6-652 *apud* Bastos, 2001, p. 477).

De qualquer maneira, um certo compromisso se realizou: antes da decisão do governo Eisenhower de interromper os trabalhos da CMBEU, o *lobby* das filiais

estrangeiras não foi suficiente para impedir o financiamento de empreendimentos públicos, uma vez que os três empreendimentos estaduais financiados na geração de energia (CEERG, CEMIG e USELPA) atendiam regiões à beira do colapso energético e que podiam, assegurar fornecimento de energia para áreas cuja distribuição estava sob controle de filiais estrangeiras, antecipando a distribuição de tarefas que se consolidaria na segunda metade da década de 1950 e na seguinte, através do chamado “pacto de clivagem” (N.Castro,1985; Bastos, 2001). Conforme ilustra a tabela a seguir. Mas o único projeto elétrico da CMBEU financiado depois da ruptura da cooperação financeira foi outro empréstimo para a LIGHT em 1954, no valor de US\$ 19 milhões, ultrapassando projetos públicos que estavam na fila.

Capítulo II

A principal falha da diplomacia econômica no segundo governo Vargas fora a construção de certezas baseadas em indícios extremamente frágeis. A credulidade brasileira excessiva em relação ao mito de que os norte-americanos agora se dispunham a desenvolver o mundo e a América Latina, como seus mecanismos de dominação cultural faziam questão de alardear, era embasada no poder de barganha gerada posse de um único trunfo.

A fragilidade consistia na limitada extensão do poder de barganha, já que havia dúvidas quanto ao Brasil pertencer à “área de influencia” norte-americana, e neste momento o país não possuía sequer condições políticas internas favoráveis para reativar uma nova política de “equidistância pragmática”, visto a ausência de relações com a União Soviética. O único trunfo para a materialização da barganha era a posse de minerais estratégicos, posse que não dava à barganha uma base palpável, sendo passível de mudança inesperadas caso os Estados Unidos conseguissem uma nova forma de suprir-se destes.

Desta forma ao buscar uma estratégia conciliatória visando implementar projetos necessários para o desenvolvimento nacional, Vargas passou a não controlar diretamente as decisões que pendiam de agentes políticos externos, e a condicionamentos políticos que podiam ser revertidos inesperadamente. (Bastos, 2001).

Porém a inesperada mudança na política externa americana que levava a ruptura unilateral da cooperação, através do cessar de financiamento externo, ocorrida em 1953, ao mesmo tempo em que destruiu a estratégia conciliatória, abriu espaço de manobra para a consolidação do projeto energético nacionalista idealizado por Vargas desde a Mensagem Presidencial de 1951 enviada ao Congresso Nacional (M. Bandeira, 1973[1997], J. S. Pereira, 1974; S. Draibe, 1980), levando o presidente a retornar aos projetos temporariamente interrompidos (J.S. Pereira, 1975; Bastos, 2001) e iniciando, dentro do seu governo, um segundo momento referente à reestruturação das bases do setor de energia elétrica, que seria o embrião do sistema elétrico integrado.

Desde do início das relações bilaterais com os norte-americanos o Brasil construiu sua estratégia baseado em um único trunfo: a posse de minerais estratégicos de guerra. Em partes a escolha deste caminho fôra resultado da inexistência prática de relações diplomáticas com a União Soviética herdada do governo anterior e do estágio ainda inicial da reconstrução européia que restringiam a possibilidade de incrementar o poder de barganha do presidente Vargas, como havia sido feito na década de 1930, realizando uma política de “equidistância pragmática” em relação às grandes potências conflitantes, o que garantiria êxito da política externa brasileira no Estado Novo.

Em partes os resultados insatisfatórios da IV Reunião de Consultas dos Chanceleres na questão do envio de tropa para a guerra da Coréia também prejudicava o sucesso das relações com os Norte Americanos. Neste sentido Vargas tentou protelar, já que a solicitação ocorria no mesmo momento em que se desenvolviam as negociações bilaterais com os Norte-Americanos e o presidente pretendia arrancar algo desta situação (M. Bandeira, 1973 [1997]). Porém a grande resistência dentro e fora do governo quanto à participação do Brasil numa Guerra de “pelourinho coreano, luta infernal e sem finalidade” (apud M. Bandeira, 1997) acabou por minar a tentativa do Itamaraty.

Frente a estas restrições, a ausência de um trunfo mais forte tornava limitado a extensão do poder de barganha brasileiro, visto que a ausência de relações com o bloco comunista invalidava a estratégia de caminhar para a esquerda, reativando a política da primeira metade da década de 1940, o que tornando a ameaça de caminhar para a esquerda algo extremamente vago.

A posse deste trunfo fora vinculada ao pleito de um sistema de financiamento norte-americano para a execução de um programa de industrialização e melhoria da infraestrutura, fato este ilustrado pelo memorando enviado ao embaixador norte-americano em que era estipulado o termo da barganha, antes mesmo da posse de Vargas, em janeiro de 1951:

“A boa vontade do governo brasileiro de contribuir com as matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos Estados Unidos deve encontrar sua contrapartida na boa vontade do governo norte-americano de conceder prioridades de fabricação e créditos bancários a termo médio e longo, para a imediata execução de um programa racional de industrialização e de obras públicas, ao qual serão consagrados os principais esforços da administração brasileira.

(GV51.01.04/2 apud Bastos, 2001 p.338)

Perante este quadro, como foi visto, tem-se a materialização de um compromisso de amplo programa de investimento nos setores de infra-estrutura a partir dos trabalhos da CMBEU, voltado à eliminação de pontos de estrangulamento e ao crescimento da economia brasileira.

Contudo a contínua exploração deste trunfo dependia da permanência da detenção do monopólio do fornecimento destes minerais aos norte-americanos. Porém esta situação não durou muito tempo. Mesmo antes da formalização do acordo de fornecimento de monazita e tório em 21/02/1952, em agosto de 1951 o secretário de estado, Dean Acheson, informava ao embaixador Jonhson que a barganha vinculada à posse de minerais estratégicos seria apenas temporária, pois havia a expectativa de que as fontes internas americanas maturassem dali a dois anos (NA 832.2546/8-951 apud Bastos, 2001 p.454).

Entre abril e junho de 1952, antes mesmo do tempo previsto, já se iniciara um *lobby* para que o recente acordo com o Brasil fosse denunciado, já que as atuais descobertas de fontes uma na Califórnia e outra em uma área de concessão extrativa norte-americana, localizada em Idaho, África do Sul, garantiriam o suprimento das necessidades do complexo industrial-militar. Estas descobertas tornaram-se a principal fonte da perda de interesse pelos suprimentos brasileiros, ilustrados por dois memorandos norte-americanos em meados de 1954:

“...it is noteworthy that our interest in the procurement of these commodities in Brazil has undergone several changes. At the time this agreement was concluded, in February 1952, we were anxious of assure procurement not only of thorium but also of monazite sands and rare earths. Shortly thereafter, changes both as regards new sources of supply (South Africa, Idaho), strategic requirements and new uses of rare earths products, brought the US government to modify its attitude with respect to the desirability of an agreement with Brazil for the amounts stipulated in the notes February 21, 1952.” (NA M-1489:832.2546/4-2754 apud Bastos, 2001 p.455).

O Brasil, por sua vez, também não demonstrou extrema habilidade ao conduziu a barganha. O que se iniciara com o discurso em prol do desenvolvimento nacional de João Neves no qual ele afirmava que “ Devemos- e havemos- de cooperar com os Estados Unidos,mas a cooperação deve ser recíproca, conseguindo nós que as disponibilidades a serem alcançadas no exterior sejam convertidas, em bens de produção ou semelhantes (...)se entregarmos, embora vendidos,nossos minerais estratégicos, e justo também que tenhamos fábricas de seus produtos para a nossa defesa, que é, igualmente a defesa dos

Estados Unidos.” Terminara com o acordo de fevereiro de 1952, no qual, sem exigir compensações específicas, estabeleceu-se que os Estados Unidos comprariam 15.000 toneladas, no espaço de três anos, sendo metade manufaturada e metade *in natura*. Este acordo violava a política de compensação específica, exigida pela Lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951, esta Lei reclamava como contrapartida informações e facilidades que desenvolvessem o Brasil no campo da energia nuclear.

O que na realidade ocorreu fora que somente em 1952, os Estados Unidos levaram toda a quantidade de monazita *in natura* e de óxido de tório correspondente aos três anos, sob a alegação de uma situação de emergência, feita pelo Departamento de Estado Norte Americano, (NA 832.2546/1-653; 1-853 *apud* Bastos, 2001 p.454; *apud* M.Bandeira, 1997 p.287). Ao final do primeiro ano do acordo, as exportações dos minérios teriam constituído estoques suficientes para a necessidade de seis anos e meio (NA 832.2546/5-654 *apud* Bastos, 2001), permitindo a estocagem de material suficiente caso houvesse algum tipo de retaliação brasileira. Como o óxido de tório representava apenas 6% da monazita brasileira, 94% dos sais de cério e terras-raras, do produto manufaturado, ficara sem saída, em poder da empresa que os refinou, a Orquima S.A(M.Bandeira, 1997, p.287).

Os Estados Unidos continuaram a exercer pressão sobre o Brasil. Condiționaram o recebimento de sais de cério e terras-raras encalhados à uma nova remessa de monazita *in natura* em troca de seus excedentes em trigo. O Conselho Nacional de Pesquisa e Segurança Nacional, por sua vez, não permitiria uma nova remessa sem compensações específicas. Não havia entendimento entre os dois países visto que suas posições não mais se conciliavam.

Tendo em vista estas mudanças, tornou-se insustentável a tentativa de continuar vincular a continuidade da barganha com a venda de minerais, já que o trunfo anteriormente utilizado não era mais exclusividade brasileiro e a má condução dos acordos acabou por minar sua eficiência, visto que fora ofertado mais minerais do que demandado pelos Estados Unidos. Aliado à esta conjuntura estava a vulnerabilidade cambial do país. A situação era tão grave naquele momento, que a necessidade por divisas invalidavam as ameaças de suspender o fornecimento, incapacitando qualquer tentativa de induzir alguma concessão, contrariamente do que ocorrera no início de 1951.(Bastos, 2001)

Um outro fator agravante era as crescentes idas e vindas de Getúlio, que ocorriam desde o discurso do fim de ano de 1951, que também debilitavam as relações diplomáticas com os norte-americanos, já que estas irritavam os diplomatas norte-americanos e amedrontavam o Banco Mundial, visto que criavam uma grande dúvida quanto à capacidade norte americana de influenciar o governo brasileiro nas direções que achavam desejáveis e necessárias, e também, quanto às garantias do pagamento dos recursos emprestados. O inegável nacionalismo do presidente, sua atitude no mínimo ambígua para com o capital estrangeiro sugeria aos representantes do Departamento de Estado e do Banco Mundial que Vargas não era suficientemente flexível para apoiar uma gestão da política econômica austera o que criaria um ambiente favorável à atração de capitais estrangeiros para o país, fato considerado uma garantia irrestrita ao pagamento de futuros empréstimos que seriam concedidos ao Brasil.(NA 732.00/5-1253 *apud* Bastos, 2001 p. 480). Porém, o golpe definitivo na deterioração das relações entre o Brasil e os Estados Unidos viria a acontecer em 1953, com a posse Dwight Eisenhower, presidente eleito nos Estados Unidos pelo partido republicano, fazendo com que a diplomacia do país seguisse uma nova diretriz.

Durante a campanha presidencial de 1952 o candidato tenha afirmando que a América Latina havia perdido a confiança nos Estados Unidos, já que a gestão de Truman havia esquecido os países latinos muito rápido, renegando as promessas de cooperação econômica com os vizinhos. Truman, nas palavras do então candidato havia transformado a política de *good neighbor* numa política de *poor neighbor* caracterizara pelo “*stop-and-go, zig and zag*”(“*With the coming of war we frantically wooed Latin America. Then came the end of the war and the Administration proceeded to forget these countries just as fast*”) e esta situação iria mudar.(S.Rabe, 1988 p.6 ;Bastos, 2001 , p.351). Porém a atitude tomada após a posse foi contrária ao pregado durante sua campanha.

A erradicação do comunismo era a meta principal do novo governo. A América Latina, por sua vez não, compartilhava este medo do “perigo vermelho”.Apreocupação dos seus vizinhos era o crescimento e o desenvolvimento de suas economias.

A prioridade do governo republicano era conter o “expansionismo soviético” (*New Look Diplomacy*), contudo em regiões nas quais sua ameaça fosse mais aparente, visando o embate para preservar as fronteiras ameaçadas do “mundo livre”.Assim, apoiado no

conservadorismo fiscal defendido durante a campanha de 1952, que pregava a queda do crescimento do gasto governamental, deveriam ser contidos tanto os gastos internos quanto à ajuda externa já que estes deterioravam o orçamento federal. Os Estados Unidos não eram totalmente contra à ajuda externa, mas estas deveriam ser feitas com uma racionalização orçamentária, proporcionando o menor custo possível para o contribuinte norte-americano, direcionando-se as áreas diretamente ameaçadas pela expansão do comunismo. As outras áreas deveriam garantir seu desenvolvimento expandindo o comércio e atraindo investimento externo. Sendo o slogan da nova administração; *"Trade not aid"*. (S.Rabe, 1988; D. Brinkley, 1992).

Assim como o governo anterior, Eisenhower também compartilhava a idéia que o comunismo que a chave para um mundo de paz e prosperidade e era o livre comércio e o investimento, um mundo próspero significava um mundo seguro e pacífico. A responsabilidade dos Estados Unidos era dinamizar a economia, abaixar tarifas e abrir o mercado.

A campanha contra o comunismo não iria se limitar a empréstimos financeira e à ajuda militar, mas também a um programa cultural e informativo que serviria para alertar a América dos perigos do imperialismo soviético, do comunismo e de outras subversões anti-americanas. A agência de Informação dos Estados Unidos gastou cerca de 5,2 milhões de dólares por ano produzindo e distribuindo cerca de 90 mil itens anti-comunismo entre eles desenhos, livros, jornais e programas de rádio (S.Rabe, 1988).

Desta maneira, logo no início do mandato republicano, alegando que a posição da América Latina frente às ameaças comunistas se encontrava em situação estável, visto que era improvável qualquer possibilidade imediata de radicalização esquerdista, o Departamento de Estado passou a abandonar ou protelar negócios que exigissem novas dotações orçamentárias e a dispensar a manutenção de custosos exércitos nestes países (S. Rabe, 1988), transferindo o intercâmbio econômico para a iniciativa privada.

Em contrapartida tentou-se convencer os governos latinos que o capital requisitado para promover o desenvolvimento de suas economias podia ser melhor captado pelos investimentos privados. Neste sentido Eisenhower acatou a proposta do secretário do Tesouro americano de limitar os empréstimos do Eximbank para créditos de curto prazo destinados à expansão do comércio. Com o congelamento dos termos de longo-prazo, os

empréstimos destinados ao desenvolvimento caíram de 147 milhões de dólares, em 1952 para 7,6 milhões em 1953. (*apud* Rabe, 1988)

Para acalmar os protestos que surgiam na América Latina, o presidente enviou seu irmão Milton Eisenhower para uma visita à América do Sul. Esta visita era esperada como o significado de uma mudança na política de governo americana, depois que Dr. Eisenhower enviasse o relatório sobre a situação do continente ao seu irmão. Porém não fora isto que ocorrera, o relatório fora completamente convencional, recomendando conservadorismo nas políticas fiscais e monetárias, pregando o livre comércio provendo a criação de interesse do capital estrangeiro.

As posições dentro do novo governo americano, frente à nova política para a América Latina, se divergia. Milton sugeria mudanças, recomendando a formação de um fundo para projetos de desenvolvimento de pequena escala, composto por 17 milhões de dólares, também recomendava a restrição de empréstimos de longo-prazo ao Eximbank e a expansão do programa americano de suporte aos preços das commodities dos países das Américas. Embora o presidente soubesse do desânimo do seu irmão frente aos resultados de anos de esforços da América Latina, ele pediu Milton entendesse a realidade da geopolítica do momento:

". Countries like Burma, Thailand and the remaining parts of Indochina are directly open to assault. This does not apply in South America. (grants) apply whether or not the Communist menace seems to increase or decrease in intensity. if the Communist menace should recede in the area (Asia), we would consider ourselves still friendly, but we would feel largely relieved of any obligation to help them economically or militarily. (01/12/1954 , S.G. Rabe, 1988, pp. 72-3)

Porém estas recomendações mostravam a responsabilidade limitada que os Estados Unidos deveriam ter sobre a América Latina. Este relatório fôra recebido amigavelmente pelo Secretário de Estado, John More Cabot. (S.Rabe, 1988)

Cabot considerava a economia dos países visitados extremamente miseráveis, com precária infra-estrutura. A ajuda norte-americana para ele deveria continuar, visto que os países sofriam com gargalos na sua infra-estrutura o que tornava suas economias extremamente desinteressantes para o capital privado internacional, fato que inviabilizava a estratégia de desenvolvimento proposta pelos Estados Unidos. Seu argumento era reforçado pelo excelente histórico de bom pagadores destes países.

Esta visão era totalmente contrária ao ideal do Secretário do Tesouro Humphrey, que em assuntos fiscais era até mais conservador que o presidente. Como um nacionalista ele argumentava que os Estados Unidos não podia conceder ajuda os “amigos” latinos, indo contra ao plano de Cabot e do Milton.(Rabe,1988 p.68)

Porém o plano para a América Latina fora determinado em ultima instancia pelo o Secretário de Estado Dulles e pelo presidente. Embora Dulles também se preocupasse com a ramificação da pobreza na América, ele afastou-se de suas crenças, dando mais atenção as partes do mundo.

Neste sentido, o recado do presidente era complementado por seu Dulles, que em seção do Comitê de Orçamento do Congresso afirmaria que, como o continente não vinha sendo ameaçado por ameaças esquerdistas (*Latin America.s position inrecent years has been relatively stable.*), o Departamento de Estado reduziria transferências intergovernamentais que exigissem custosas dotações orçamentárias, liberando o caminho para a iniciativa privada norte-americana e uma forma de cortar os gastos do governo norte-americano era limitando os empréstimos do Eximbank, o que afetava diretamente a política de financiamento governo Vargas . Nas palavras do presidente americano:

“We ought as rapidly as possible to shift from government grants to private activities which I think often can develop mutually advantageous intercourse with others countries much more effectively than government itself Perhaps Government can gradually get out of the business of handling activities of that sort through public appropriations. (Simon Hanson, 1953, pp. 2-4 apud Bastos, 2001 p.483).

Em suma, a política externa norte-americana para a América Latina passou a orientar-se pela premissa de que não era necessário pagar caro pelo alinhamento político - porque, apesar de agitações na Guatemala e na Bolívia, daqui não seriam esperadas ameaças comunistas verdadeiras- o que não implicava, porém em abandonar inteiramente as regiões menos importantes do ponto de vista geopolítico. Elas não eram eleitas para receber ajuda econômica intergovernamental, mas não deveriam ser desprezadas, visto que poderiam ser aliados importantes em um eventual conflito mundial, sendo, portanto consideradas, nas palavras do presidente, “*still friendly*” . A nova estratégia para preservar alianças políticas passaria a pela celebração de contratos de estratégia mútua, pela redução da proteção comercial, garantia de um ambiente favorável para a atração de capital

estrangeiro, e ao Departamento de Estado, por sua vez, caberia a tarefa mais agradável e menos custosa de multiplicar rituais e visitas diplomáticas a estes países (S.. Rabe, 1988; Bastos, 2001) Como visto, nos termos dos memorandos internos do Departamento de Estado, o lema da nova administração era “*trade not aid*”, de modo que os fluxos privados de capital e comércio poderiam e deveriam substituir com vantagem as transferências inter-governamentais na função de desenvolver países pobres, desde que livres da ameaça comunista direta e, portanto, não considerados eleitos para receber assistência bilateral direta. O presidente e sua equipe, porém, ao defenderem a abertura de seus aliados aos investimentos das empresas norte-americanas, não agiam meramente como políticos republicanos influenciados pelos *lobbies* empresariais que financiavam o partido: tinham preocupações macro-estratégicas evidentes. A penetração/controlado de firmas norte-americanas sobre setores de produção de insumos essenciais asseguraria o funcionamento do complexo industrial-militar do país, de maneira que a diplomacia defendia o lucro e o mercado ganho ou a ganhar pelas filiais norte-americanas também para defender toda uma logística de segurança militar (Bastos, 2001 p.482).

Neste sentido, depois de liberar a primeira parcela, o governo republicano exerceria logo a seguir uma forte pressão para protelar a liberação das demais parcelas do empréstimo-ponte. Diante da elevação dos atrasados comerciais ao longo do primeiro semestre de 1953, o Eximbank suspendeu o desembolso da segunda parcela, alinhando-se aos esforços do Departamento de Estado, do Tesouro e do Banco Mundial no sentido de usar a vulnerabilidade cambial e financeira brasileira para exigir novas concessões, entre elas exercer uma importante pressão no setor petrolífero, tentando vincular os empréstimos a uma reformulação da legislação quanto ao petróleo, para permitir a entrada e operações de filiais estrangeiras na prospecção e extração do produto.(Bastos, 2001 p.487).

As relações entre os dois países se deterioraram definitivamente, depois que o continente passou a ser tratado como um “cofrinho”. Posição ilustrada em uma reunião confidencial do gabinete ministerial (03/07/1953), quando esclareceu novamente a posição geral de seu governo sobre o Brasil e a América Latina, voltando a instruir seus ministros a seguirem uma nova orientação:

“If Latin Americans want our money, they ought to be required to go after our capital. (We must regard) we put a coin in a tin cup and yet tomorrow we know the tin cup is going to be there.. (apud S.G. Rabe, 1988, p. 65).

Cabe frisar que embora a barganha diplomática que vinculava a promessa de financiamento para projetos de infra-estrutura básica de energia e transporte ao encaminhamento da encomenda de minerais estratégicos tenha sofrido um golpe definitivo com a nova orientação do governo Eisenhower, o interesse do Departamento de Estado anteriormente nunca fôra grande ao ponto de que se considerasse transferir fundos de ajuda bilateral, ao invés de facilitar meramente a destinação de empréstimos através do Eximbank e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, além de nunca ter havido um compromisso formal relativo ao montante do empréstimo, o que demonstrava a fragilidade da estratégia(Bastos, 2001 p.457).

Seja como for, o problema crucial é que a estratégia que Vargas imaginou seguir para superar os problemas nacionais urgentes que julgava imprescindível resolver, e da maneira que optou por fazer, sem incorrer em déficits fiscais e sem reformas tributárias lentas e custosas, dependia crucialmente de decisões que não era capaz de controlar, a realização exitosa de sua estratégia dependia também de decisões que transcendiam o controle de sua equipe de governo, tanto interna quanto externamente, mas também da incapacidade de controlar as decisões de sua própria equipe de uma maneira coordenada e, sobretudo, da incapacidade de concentrar recursos financeiros internos a uma escala que pudesse reduzir a dependência em relação a fontes estrangeiras instáveis.(Bastos, 2001, p.353)

Desta forma a nova diretriz da diplomacia norte-americana, aliada à descoberta de novas fontes internas e externas de suprimento de minerais estratégicos, e juntamente com as repercussões dos primeiros projetos do segundo governo Vargas no Congresso Nacional acabou por sepultar a estratégia de desenvolvimento baseada na cooperação internacional, visto que arruinou as relações diplomáticas entre o governo brasileiro e a CMBEU. Após a aprovação do projeto de criação da Petrobrás pelo Congresso Nacional, instituindo o monopólio estatal do petróleo (Lei N.2004, 30/10/53), o governo americano decidiu encerrar as atividades da Comissão Mista e rompeu unilateralmente com o Brasil exatamente dois anos depois de seu início, em julho de 1953.

A partir de então, os diplomatas norte-americanos passaram a apoiar abertamente os interesses das corporações norte-americanas interessadas em conquistar ou preservar posições adquiridas no Brasil, que estavam ameaçadas particularmente pela expansão de empresas locais no setor petrolífero, energético e de refinamento mineral. No setor de energia elétrica, os empréstimos que apoiavam diretamente empresas estrangeiras haviam e continuaram sendo liberados rapidamente, recusando a liberação dos empréstimos remanescentes para os empreendimentos públicos. No entanto, a maior pressão do sistema de dominação norte-americano ocorreu no setor petrolífero. A limitação das atividades do Eximbank no Brasil foi usada para, explorando a posição de fragilidade cambial do aliado subordinado, exigir a abertura de negociações sobre a Lei da Petrobrás. Embora se tenha tentado alterar os termos da concessão do empréstimo-ponte negociado com o Brasil para liberar os atrasados comerciais, buscando limitar o empréstimo a um terço do montante inicialmente oferecido, de US\$300 para 100 milhões (GV 53.02.20/1 *apud* Bastos,2001 p. 486),o acordo final (30/02/1953) acabou por respeitar o valor inicialmente discutido

Durante suas atividades a CMBEU elaborou ao todo 41 projetos de investimento que abrangeram os setores de transporte, energia, equipamentos agrícolas, armazenagem, indústria de álcalis e Companhia Metalúrgica Bárbara. Os investimentos previstos correspondiam a US\$ 378,3 milhões em moeda estrangeira e Cr\$ 14 bilhões em moeda nacional. Os programas de energia eram todos relacionados com energia elétrica e a sua participação no total era da ordem de 33,1%. No programa elétrico, projetava-se até 1957-1958 um acréscimo da capacidade instalada da ordem de 683MW, sendo 68% da capacidade planejada de origem hidráulica e sendo a maioria dos investimentos concentrados, sobretudo na região Sudeste, área cujo descompasso da demanda era mais crônica.(J.L.Lima, 1984)

Tabela II
 CMBEU: DESCRIMINAÇÃO DOS PROJETOS POR ATIVIDADES

SETORES	Nº DE PROJETOS	CUSTO TOTAL (milhões de Cr\$)	DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS (%)
Transportes	27	13,235	60,9
Energia Elétrica	9	7,229	33,2
Agricultura	3	656	3
Indústria	2	612	2,9
Total	41	21,862	100

Fonte: Comissão Mista Brasil Estados Unidos- *apud* N.Castro, 1980 ,p.157

Até dezembro de 1953, cerca de US\$ 102,2 milhões haviam sido concedidos pelo Banco Mundial e Eximbank, não sendo contemplados os investimentos projetados para a CHESF, Cia Nacional de Energia Elétrica, Cia Mato-grossense de Energia Elétrica e Cia de Eletricidade do Alto do Rio Doce (CEMING).(J.L.Lima, 1984). Os resultados dos estudos da Comissão atribuíram um importante e necessário papel a intervenção direta do Estado na produção de eletricidade, desde que não interferissem nos interesses do capital privado e apresentassem um caráter suplementar(N.Castro, 1980):

“Cabem-lhe (ao Governo) muitas funções importantes, como executar projetos pioneiros, cujos custos iniciais e riscos afugentem os capitais privados; financiar instalações de energia em certas regiões, mesmo que as perspectivas de mercado não o aconselhassem na base financeira de curto prazo, de modo a criar, através da disponibilidade de energia, infra-estrutura para o desenvolvimento mais rápido.”(*apud* N.Castro, 1980 p.161)

Foi a partir da suspensão dos trabalhos conjuntos da CMBEU- BNDE que se desencadeou, em todas as dimensões, a estratégia do segundo governo Vargas no que diz respeito à reformulação em profundidade do perfil e dos mecanismos de expansão do setor de energia elétrica no Brasil. O presidente pode retomar mais decididamente seus projetos que haviam sido traçados já em 1951, em mensagem enviada ao Congresso Nacional, contando agora com maior mobilização interna e um maior espaço de manobra das decisões.

Entre junho e julho deste ano Vargas reformulou os ministérios, para enfrentar as pressões externas e internas que se avolumavam. Compreendendo que não poderia contar com a ajuda dos republicanos, inflectiu sua política para as soluções nacionais. O Brasil

enfrentaria com as próprias mãos os problemas de desenvolvimento. Aranha, o novo ministro da fazenda, realizou uma reforma cambial com a Instrução 70 da Sumoc, que encareceu os importados, estimulando a utilização da capacidade ociosa brasileira e sua ampliação para atender a demanda interna.

Frente as restrições externas não restou outra saída a Vargas a não ser radicalizar sua posição, em discurso em Curitiba em 20 de dezembro de 1953, o presidente visando empolgar a opinião pública nacionalista, afirmou que os planos da Eletrobrás vinham sendo sabotados por filiais estrangeiras que já tinham em cruzeiros mais de 200 vezes aquilo que investiram em dólares, e que produziam cruzeiros para enviar dólares para o exterior. Era necessário, portanto, criar os fundos necessários para implantar a indústria elétrica nacional, ou seria obrigatório nacionalizar os empreendimentos privados que não davam os resultados desejados (NA 832.2614/12-2153):

“Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganharam muito no Brasil, que tem em cruzeiros 200 vezes mais do capital empregado em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro, a título de dividendos” (*apud* Bandeira, 1997 p.278)

A insatisfação não ficou por aí. Voltou novamente em 31 de janeiro de 1954, apresentando informações mais concretas sobre a sangria que os trustes americanos sujeitavam o Brasil. Segundo os cálculos do Ministério da Fazenda, as empresas americanas sediadas no Brasil, enviaram para as matrizes, lucros na ordem de Cr\$2.628.201.057,10, em 1951 e Cr\$ 1.993.216.124,00, em 1952. E isto sem falar no assunto do superfaturamento atacado pelo presidente posteriormente. O problema de financiamento do setor de energia elétrica já havia sido abordado tanto o Relatório do BNDE quanto a Mensagem ao Congresso Nacional, ambos de 1952, apontando para as restrições de recurso em moeda nacional e com o rompimento da CMBEU a situação tornar-se-ia ainda mais grave, visto que os recursos procedentes de empréstimos externos também haviam sido afetados.

No setor energético a situação do país continuava deficitária e extremamente grave. Em seus relatórios, a Comissão Mista diagnosticara que o descompasso da demanda era fruto de quatro fatores: 1) acelerado processo de urbanização; 2) acelerada industrialização; 3) rigoroso controle sobre as tarifas de energia elétrica e 4) a tendência ao predomínio do

petróleo e eletricidade sobre fontes de energia convencionais na matriz energética brasileira. A solução proposta para o aumento das inversões nos setores seria o aumento das tarifas, porém naquele momento a remuneração de capitais estrangeiros investidos em eletricidade a taxas superiores permitidas pela legislação brasileira provocaria gravíssimos problemas. No curto prazo pressionaria ainda mais os escassos recursos em divisas, agravando a instabilidade cambial. A longo prazo implicaria sobre pressões para baixo sobre o tipo de remuneração, conforme explicitado no diagnóstico inscrito na Memória Justificativa do Plano Nacional de Eletrificação. (S.Draibe, 1980, p.203).

A alternativa inevitável seria o investimento público e diante da escassez de recursos externos e ao mesmo tempo frente à autonomia gerada pelo fim da barganha, a Assessoria Econômica do governo passou a trabalhar em projetos referentes ao setor de energia elétrica e logo após o comunicado do término da Comissão Mista, a equipe de assessores diretos de Vargas, chefiada por Jesus Soares Pereira, finalizou o primeiro dos quatro projetos de lei que reformulariam o setor elétrico brasileiro: a constituição do Fundo Federal de Eletrificação, que seria enviado em maio para apreciação do Congresso, mas aprovado apenas em 31/08/1954, dias depois da morte de Vargas. Contando com dotações orçamentárias, com 20% da arrecadação de taxas de despachos aduaneiros e principalmente com o Imposto Único sobre a Energia Elétrica (IUEE, um imposto sobre o consumo de eletricidade), o Fundo visava “expressamente à constituição do capital das empresas públicas destinadas a investir no setor”. (J.S. Pereira, 1975).

O segundo projeto, enviado ao Congresso em agosto de 1953, tratava daquilo que Soares Pereira considerava o “pomo da discórdia”: os critérios de distribuição das receitas dos impostos entre unidades e federação, ficando em tramitação no Congresso por mais de três anos devido à disputa entre interesses regionais. Concebidos os mecanismos de financiamento da expansão do setor elétrico, a etapa seguinte constituiu na elaboração dos programas de investimentos e na montagem do arcabouço institucional, nas linhas traçadas pela Mensagem de 1951. Foram encaminhados em abril de 1954 o projeto de lei 4.277/54, contendo o Plano Nacional de Eletrificação, e o projeto de lei 4.280/54, autorizando a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A-Eletróbás.

O projeto de lei que criava a Eletrobrás, mesmo permitindo a coexistência de empresas estatais e privadas, descartando, portanto, a idéia de monopólio sofrera grandes

resistências, em partes pelo chamado espírito privatista, o qual se caracterizava pelo regime de concessões. As concessionárias sentiam que o novo sistema a montar significaria, a longo prazo, a morte.(J.S.Pereira, 1975). Esta preocupação do capital norte-americano com o projeto de lei é ilustrada por memorando enviado ao Departamento de Estado, em abril de 1954, cujo texto explicita as intenções relacionadas ao projeto, a forma de financiamento, a compatibilidade com o capital externo, a remuneração do capital em serviços públicos e as dificuldades locais encontradas para a aprovação do mesmo:

"The Eletrobrás Bill is one of the several major economic measure scheduled for 1954, announced by President Vargas at end of last year... Because of the probable difficulties in obtaining congressional approval of an important tax measure....its seems unlikely that the bills will become law without prolonged debate and extensive... Transmission and voltages also would be standardized.

Operations of the corporation would be restricted to the construction of electric power generating plants and high-tension transmission lines... The distribution of power to consumers would remain in the hands of private initiative and of local government... apparently fails to provide remedies for basic difficulties which tend to retard the development of an adequate electric power supply in Brazil...nothing is done to raise the existing legal limit restricting to 10 percent the returns on investments in public utilities ... apparently contains no provision specifically designed to attract foreign investors and foreign capital .On the other hand neither does it contain provisions restricting foreign participation in the mixed public-private enterprise ...unlike the Petrobrás law not appear to contain provisions which have the effect of excluding foreign technical as well financial participation."(NA832.23614/4-2854)

As resistências frente principalmente aos dois últimos projetos enviados ao congresso ilustram os debates ideológicos ocorridos na época entre os chamados nacionalistas e os entreguistas. Para muitos, como veremos, os projetos coroavam a solução do sistema energético brasileiro e para outros, o PNE e a Eletrobrás seriam fruto de uma equipe despreparada cheia de soluções inviáveis.(Eletrobrás e a história, 1995; Jonh Cotrin, 2000).

Embora houvera entraves internos e que e a longa e acidentada tramitação no Congresso Nacional tenham protelado a aprovação dos projetos referentes à reformulação do setor elétrico, sendo a Eletrobrás constituída somente em 1962, o que não possibilitou a materialização da proposta global do setor de desenvolvimento proposta pela Assessoria Econômica, o segundo Governo Vargas fora o desencadeador de reestruturação das bases de desenvolvimento do setor de energia elétrica, apresentando dois momentos distintos:

O primeiro momento, dominado pelas atividades da Comissão Mista Brasil Estados Unidos que, em articulação com o BNDE, estimulou a realização de projetos na área de energia elétrica com base na cooperação financeira internacional e incentivou algumas inversões públicas diretas, mas supletivas e que não ameaçassem à iniciativa privada. O segundo momento nasceu da ruptura com a CMBEU e significou uma materialização das diretrizes traçadas na Mensagem ao Congresso Nacional de 1951, através dos projetos de reorganização institucional da infra-estrutura produtiva.(J.L.Lima, 1984[1995]). O imposto único sobre energia elétrica, juntamente com o BNDE, proporcionaram um alargamento significativo das bases financeiras do investimento público no setor de energia elétrica. Por outro lado, o aproveitamento dos estudos feitos pela Comissão Mista e a formulação do Plano Nacional de Eletrificação definiram e programaram todas as obras necessárias no campo de geração e transmissão de energia elétrica para superar o quadro de escassez que caracterizava a economia brasileira na primeira metade da década de 1950.

Fora redefinido as posições ocupadas pelos capitais privados, em particular o estrangeiro, nas atividades de geração e transmissão de energia já que ao fim de um longo processo de avanços e recuos, o plano de estatização acabaria acomodando interesses estatais e privados, fixando um pacto de clivagem em que o governo ficava encarregado da função de gerador e transmissor, enquanto o capital internacional e nacional responsabilizava-se pela distribuição de energia (J.L. Lima, 1984; N. Castro, 1985).

Deste modo pode-se afirmar que ao final do governo, o Estado já dispunha de instrumentos de ação e encontrava-se aparelhado institucionalmente para empreender a tarefa de solucionar problemas na área de eletricidade, sendo que os projetos realizados pela Assessoria Econômica de Vargas, que veremos a seguir, são considerados o embrião do sistema hidrelétrico integrado finalmente articulado pela criação da Eletrobrás em 1962 e através da intervenção Estatal, iniciada neste governo, pode-se superar definitivamente a crise do setor de energia elétrica(J.Lima, 1984; N.Castro, 1985).

Capítulo III

“ O estado assumiu gradativamente a gestão das empresas de energia elétrica. Isso foi uma surpresa para muitos. Formou-se uma burocracia tecnológica, em grande parte oriunda ou filiada à escola de administração das companhias estrangeiras, que conferiu ao setor elétrico, num determinado período de nossa história, um padrão de comportamento, de gestão e de serviço da maior qualidade, a ponto de sermos apontados como modelo internacional”(Jonh Cotrim)

A análise das relações entre o Estado e o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil apresenta traços marcantes. O surgimento deste setor no país ocorreu numa fase de grande expansão do capitalismo internacional, desde o início o setor contou com a presença de grupos estrangeiros que se expandiram principalmente no setor urbano do complexo cafeeiro sendo a participação do capital externo foi aprofundada na década de 1920, através de um amplo processo de internacionalização e concentração com a inserção de novas empresas estrangeiras no setor.(J.L.Lima, 1984)

Completada esta primeira fase de desenvolvimento, a década de 1930 constituiu um divisor de águas, os novos rumos do setor foram definidos pelo Código de Águas de 1934, que submeteu todas as empresas de eletricidade ao controle e fiscalização do Estado. Porém, as resistências dos grupos estrangeiros e o aumento da demanda por energia colocavam barreiras à implementação do código, sendo que o governo federal foi forçado a contornar o conjunto de exigências estabelecidas, no sentido de liberar a expansão das empresas estrangeiras.Porém a importância do Código não pode ser diminuída, visto que as decisões a respeito de concessões e tarifas permaneceram centralizadas no governo federal conforme previsto. (J.L.Lima, 1984; N. Castro, 1985)

A necessidade de romper com o processo de industrialização restringida que o Brasil atravessava pressupunha a montagem em larga escala de fornecimento de energia, de modo que, nas palavras do próprio presidente Vargas, a oferta precedesse e estimulasse a demanda (Vargas, 1951). Tendo em vista as controvérsias em torno do Código de Águas, a necessidade de superar os gargalos do setor e a incapacidade do setor privado suprir a nova demanda a intervenção direta do Estado constituía a única alternativa para o surgimento de uma nova fase de industrialização.(J.L.Lima, 1984)

A importância do segundo governo Vargas, dentro deste processo de transição, está nos projetos da Assessoria Econômica da Presidência para o setor elétrico apresentados em 1953, visto que a partir deles fôra delineado o projeto de desenvolvimento do setor elétrico sob o comando da empresa pública e montado um arcabouço institucional, constituído fundamentalmente do alargamento das bases financeiras do investimento público e da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, cuja atuação foi decisiva nos programas de ampliação do setor. O legado deixado por Vargas tanto ideologicamente no que diz respeito à necessidade do Estado frente à rearticulação dos setores de infraestrutura, quanto aos projetos propostos em seu governo, foram de suma importância para a consolidação da transição da propriedade privada para a pública, visto que ao final de 1954, o Estado já dispunha de instrumentos de ação para solucionar os problemas na área energética, que alcançaria seu estágio final de acomodação de interesses com a implementação da Eletrobrás em 1962. (J.Lima, 1984; N.Castro, 1985).

Como fôra visto anteriormente, a situação do setor de energia elétrica, após a Segunda-Guerra, era extremamente crítica. O Panorama desta situação, partindo de meados da década de 1940, mostra-nos que embora o Estado já possuísse um arcabouço institucional consubstanciado no Código das Águas, este oferecia um pequeno raio de manobra para a intervenção, tanto em termos de regulamentação quanto de intervenção produtiva propriamente dita. De 1933 até 1943, a organização técnica da indústria de energia elétrica praticamente não se alterou. A capacidade instalada cresceu apenas cerca 1,95% ao ano enquanto a produção cresceu 2,56% o que representava um decréscimo nas reservas das instalações. (Energia Elétrica no Brasil).

O desequilíbrio entre o aumento da capacidade instalada e da demanda era fruto de diversos fatores: a crise desencadeada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929, afetou negativamente o planos de expansão das concessionárias estrangeiras que atuavam no setor, visto que as dificuldades do comércio externo, prejudicavam as importações de bens e capital para a realização de Investimento. Dificuldade semelhante ocorreu no período da Segunda Guerra.

Neste sentido existe uma discussão ideológica quanto à ausência de investimento das empresas estrangeiras. Os seus defensores, entre eles Lucas Lopes e Jonh Cotrin, acreditam que o Código de Águas constituía um sério entrave a expansão, visto que este estipulava a remuneração dos investimentos em torno de 10 a 12% ao ano sobre importâncias investidas nos serviços, fossem em capital próprio, fossem capital de terceiros ou dinheiro emprestado. Esta remuneração deveria ser calculada com base no custo histórico, não levando em conta a possibilidade de inflação. O início do processo inflacionário na década de 1940 acabou por decretar remuneração negativa e as empresas começaram a sentir dificuldades para levantar e atrair mais capital, uma vez que seria muito arriscado com uma remuneração como aquela.

Tabela III

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS E
TAXAS DE CÂMBIO DO MERCADO OFICIAL E LIVRE
(1944 = 100 e Cr\$ / 1 US\$)

ANOS	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS	DÓLAR NO MERCADO OFICIAL		DÓLAR NO MERCADO LIVRE	
		CR\$ / US\$	Nº ÍNDICE	CR\$ / US\$	Nº ÍNDICE
1944	100	19,57	100	20,04	100
1945	117,1	19,50	99,6	20,00	99,8
1946	134,3	19,17	98,0	20,00	99,8
1947	151,4	18,72	95,7	22,94	114,5
1948	160,0	18,72	95,7	27,15	135,5
1949	171,4	18,72	95,7	29,46	147,0
1950	191,4	18,72	95,7	32,39	161,6
1951	222,9	18,72	95,7	30,18	150,6
1952	248,6	18,72	95,7	34,30	171,2
1953	285,7	42,91	219,3	44,93	224,2
1954	362,9	62,37	318,7	62,52	312,0
1955	422,9	98,58	503,7	74,06	369,6
1956	505,7	111,97	572,2	74,14	370,0
1957	577,1	87,04	444,8	76,81	383,3
1958	654,3	165,50	845,7	131,83	657,8
1959	902,9	220,92	1.128,9	159,54	796,1
1960	1.162,9	229,92	1.174,9	190,17	949,0
1961	1.597,1	279,19	1.426,6	290,53	1.449,8
1962	2.422,9	387,35	1.979,3	523,00	2.609,8

Para uma outra vertente, o problema da expansão nas décadas de 1940 e 1950, foram um problema de ritmo de, com a mudança no perfil industrial, com o crescente

processo de urbanização e o advento dos eletrodomésticos em massa. Segundo José Luiz Lima, o próprio relatório da CMBEU referia-se ao problema do ar-condicionado na cidade do Rio de Janeiro, que mudava todo o perfil da curva de carga da cidade. (A Eletrobrás e a história, 1955). Para o mesmo, o novo tipo de organização necessária exigia um ritmo e um capital que estavam fora do horizonte empresarial da concessionária.

Tabela IV
BRASIL: IMPORTAÇÃO DE BENS DE CONSUMO-DURÁVEIS –
1945-1953
(em milhões de Cr\$ correntes e toneladas)

ANO	Máquina de Encerar		Geladeiras		Ventiladores e Aspiradores de Pó		Rádios e Vitrolas		Aquecedores de Água e de Ar		Televisão	
	Milhões (Cr\$)	(t)	Milhões (Cr\$)	(t)	Milhões (Cr\$)	(t)	Milhões (Cr\$)	(t)	Milhões (Cr\$)	(t)	Milhões (Cr\$)	(t)
1945	43	3	220	6	77	5	54	10	195	7	-	-
1946	54	5	1848	46	284	16	938	110	1577	56	-	-
1947	165	15	6446	211	618	43	2389	282	5242	170	-	-
1948	255	24	6168	221	391	28	1339	147	3605	110	-	-
1949	45	24	5722	187	117	9	72	10	1619	50	20	9
1950	135	10	27986*	93	195	15	384*	1	2	...	212	30
1951	65	4	76969*	282	322	22	5568*	4	19	...	890	95
1952	26	2	19841*	76	315	24	1559*	1	-	-	367	41
1953	-	-	1254	43	358	13	0*	0	-	-	205	17

FONTE: Conjuntura Econômica - Maio 1954 - pp. 25-29

(*) A unidade é um (1)

Tabela V
 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E
 MUNICÍPIOS PAULISTAS SERVIDOS PELO SISTEMA DE SÃO
 PAULO - 1940-1960
 (População total e hab/Km²)

ANOS	A-BRASIL		B- ESTADO		C – MUNICÍPIOS (LIGHT)		C/A em %	C/B em %
	População	hab/km ²	População	hab/km ²	População	hab/km ²		
1940	41.236.315	4,8	7.180.316	29,0	2.196.448	108,2	5,3	30,6
1950	51.944.397	6,1	9.134.423	36,9	3.480.096	162,7	6,7	38,1
1960	70.191.370	8,2	12.823.806	51,7	5.871.963	285,7	8,4	45,8

Fonte: *apud* Nivalde Castro, 1985

Tabela VI
 BRASIL: ESTRUTURA DE CONSUMO DE ELETRICIDADE DA INDÚSTRIA DE
 TRANSFORMAÇÃO 1940-1950-1960 em (1000 KWh)

Setores da Indústria de Transformação	1940	1950	1960
Produtos de Minerais não metálicos	48.826	259.360	658.348
Metalúrgica	69.028	496.831	1.714.123
Mecânica	23.124	21.110	82.116
Material Elétrico e de Comunicações	--	29.753	130.892
Material de Transporte	--	27.294	169.031
Madeira e Produtos Afins	33.209	46.934	106.324
Mobiliário	--	21.704	58.932
Papel e Papelão	33.383	272.427	630.408
Borracha	9.371	60.200	126.910
Couros, Peles e Similares	8.498	17.393	44.388
Química e Farmacêutica	52.109	318.991	1.012.606
Perfumarias, Sabões e Velas	--	--	20.848
Produtos de Materiais Plásticos	--	--	28.915
Têxtil	261.073	617.830	1.018.759
Vestuário, Calçados e Similares	13.596	20.622	57.407
Produtos Alimentares	148.092	398.705	1.053.219
Bebidas	26.205	59.108	105.228

Fumo	--	5.540	10.486
Editorial e Gráfica	15.848	30.508	65.241
Diversas	11.317	28.846	44.248
Indústria de Transformação	753.679	2.733.156	7.138.429

Fonte: Censos Industriais IBGE – vários anos.

Durante o governo Dutra, a estabilidade econômica internacional e o estrangulamento representado pela Grande Guerra liberaram a indústria para um crescimento muito acentuado. O que ocorrera na prática foi a ocupação de um terreno que estava bloqueado pelo limite da guerra, contribuindo que no período Dutra o PIB tivesse um crescimento de 11% ao ano. Do ponto de vista do setor energético, o crescimento da economia era algo extremamente preocupante, uma vez que o Estado não oferecia nenhuma alternativa para atender o crescimento do mercado, sendo as intervenções meramente pontuais.

A única iniciativa do governo federal foi a Chesf. Embora tenha sido criada em 1945, pelo decreto Lei n.8031, de 3 de agosto de 1945, somente em 1948 houve uma assembléia geral, na qual foram nomeados para presidente, o Engenheiro Antonio Jose Alves de Souza, e para diretor técnico, o Engenheiro Octávio Marcondes Ferraz. A empresa assim constituída foi toda mobilizada para a construção da Usina de Paulo Afonso, composta por três grupos – geradores de 65 MW cada, instalados em caverna escavada na rocha do paredão do cânion a jusante da cachoeira. A adução da água seria feita por uma longa barragem de concreto em V, no vértice do qual estariam tomadas as águas. Nesta ocasião, foi introduzida no país a nova tecnologia da Mecânica das Rochas; com ensaios de pressão em galerias e medição da deformação das rochas. Porém este ambicioso projeto só ficou pronto em 1955, o que não amenizava imediatamente a crise do setor.(Vargas, M, 1994 P.164)

A ausência de um plano relacionado à montagem de uma infra-estrutura, por parte do governo Dutra, acabou induzindo alguns governos estaduais a enfrentarem, por si só, o problema. Nesse sentido, o governo fluminense, implementou a usina de Macabu; e o governo do Rio Grande do Sul, em 1943, criou a Comissão Estadual de Energia Elétrica, a futura CEEE e o governo Milton Campos, na segunda metade da década de 1940, ensaiou um plano de industrialização pesada para o estado de Minas Gerais.

No governo Vargas, o cenário da guerra-fria foi agravado pela eclosão da Guerra da Coréia, o que estreitou o raio de manobra e a refletiu-se na timidez do capital estrangeiro. Neste mesmo período delineou-se uma participação maior do governo norte-americano, através da CMBEU, que como foi visto nos capítulos anteriores, as relações entre o Brasil e os norte americanos não foram tranquilas, pois Getúlio ao ser eleito pelo voto popular, era identificado com as plataformas nacionalistas e suas principais propostas tinham como núcleo a intervenção do Estado, consubstanciada no incentivo a construção de empresas estatais.

Por sua vez, durante o governo Vargas, o Brasil passava por uma delicada crise cambial, iniciada em 1952. Esta crise foi provocada por causa do surto de importações de bens de capital e insumos intermediários associado ao regime de financiamento do investimento doméstico e à opção por constituir estoques de insumos em meio à Guerra da Coréia. Problemas administrativos também agravaram a crise, tais como a falta de coordenação mútua das carteiras de Câmbio responsáveis pelas políticas de importação (Cexim e Camob), visto que a concessão de licenças era feita sem que houvesse uma consulta sobre a disponibilidade de divisas da Carteira de Cambio. Outro problema administrativo era que havia uma defasagem entre a oferta de licenças de importação e a efetiva contratação do câmbio para a importação, uma vez que o prazo de validade das licenças vigorava de seis meses, para bens supérfluos, a um ano, para bens de capital, sendo eventualmente ampliado pela CEXIM. Sendo assim, qualquer tentativa de ajustar o ritmo de concessão de licenças a uma nova percepção a respeito da disponibilidade de divisas não se refletia imediatamente sobre os níveis correntes de importação. (Bastos, 2001 p.422)

No entanto, esta crise refletia também um quadro histórico mais geral: a dependência de exportações de bens primários, de um lado, e a dependência crescente de importação de insumos essenciais, de outro, duas faces de uma mesma moeda, o atraso dos empreendimentos industriais pesados no setor de insumos básicos e bens de capital característico da industrialização tardia brasileira. (Bastos, 2001 p.401)

Outro aspecto da vulnerabilidade cambial do país (legado de sua condição de espaço de atuação de filiais internacionais) era, naquela conjuntura, o impacto deficitário das transações líquidas de capital. Um peso financeiro crescente passaria a ser assumido pelas transferências de lucros e dividendos associados à operação de capitais de risco no país. No

governo Dutra, esta pressão sobre as contas externas brasileiras foi facilitada pela regulamentação do DL nº9025 (27/02/46), que limitava a repatriação de capital estrangeiro a 20% do capital ao ano e as remessas de rendimentos a 8% ao ano, considerando repatriação o que excedesse esta percentagem. O Aditivo ao Regulamento (03/04/46) e a Instrução nº20 da Sumoc (27/08/46) permitiriam o reinvestimento dos lucros no registro do capital investido para efeito de cálculo das remessas autorizadas, além de, no texto da lei, abolir temporariamente as restrições impostas pelos artigos 6º e 8º do DL nº9025 ao retorno de capitais, juros, lucros e dividendos, bem como autorizar sejam atendidas, sem restrições de limites, as transferências relativas à manutenção, viagens e turismo. (*apud* J. P. Malan et alli, 1977, Bastos, 2001). Um resultado desta liberalidade foi que as remessas brutas atingiram um valor acumulado pouco inferior a meio bilhão de dólares no período 1946-1951.

As mudanças ocorridas no governo norte-americano, e tendo em vista a fragilidade da barganha embasada na posse de minerais estratégicos e a crise cambial fez ruir o esquema de financiamento pleiteado por Vargas, embasado na obtenção de recursos externos de governo a governo e no investimento baseado na oferta de cambio barato para bens de capital e insumos básicos abrindo a possibilidade para a realização de uma nova fase no processo de acumulação de Capital no Brasil.

Após ter de protelar a realização de seus planos nacionalizantes para o setor elétrico, tendo em vista a preservação da “cooperação internacional” e a garantia da liberalização dos empréstimos do Banco Mundial e Eximbank no período de atuação da CMBEU. Estes recursos eram necessários para dar continuidade ao projeto desenvolvimentista de Vargas. Em contrapartida a ruptura unilateral da mesma, levou o presidente a retomar mais decididamente seus projetos temporariamente paralisados, contando agora com maior mobilização interna de recursos.

A esperança de obter financiamento externo via barganha diplomática fôra aniquilada com a interrupção dos trabalhos da Comissão Mista e havia a garantia de que nenhum outro projeto que estudava ou já aprovara seria financiado.(Bastos, 2001)

Diante desta circunstância, a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República, que representava o “braço” de Vargas na formulação de novos programas, apresentou uma atuação pródiga: Petrobrás, Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobrás, Plano Nacional do Carvão, Comissão de Desenvolvimento Industrial (e seu Plano Geral de Industrialização), Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, CAPES, Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Babaçu, Companhia Nacional de Seguros Agrícolas e Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais (M.C.D.Araújo, 1982, p. 135 apud Bastos, 2001 p.341).

As circunstâncias que envolveram a tramitação dos projetos relativos ao petróleo certamente influenciaram na forma de encaminhamento da questão do setor elétrico. Ao invés de apresentar um único bloco que se tratasse dos planos de expansão, condições de financiamento e criação de uma *holding* federal, a Assessoria, chefiada por Jesus Soares Pereira, elaborou quatro projetos de lei referentes a cada aspecto do problema (J.L.Lima, 1984). Terminado o trabalho, antes de impresso, encaminhou-o para exame ao Conselho de Águas e Energia e ao Ministério da agricultura, depois os projetos foram debatidos em mesa-redonda e receberam algumas emendas, principalmente partindo do então ministro da Agricultura, João Cleofas. Por fim, o plano foi impresso e instruiu a mensagem com que o presidente submeteu a matéria ao congresso. (J.S.Pereira, 1975)

O primeiro projeto elaborado, destinava-se a ampliar as condições internas de financiamento, através da criação de recursos de natureza fiscal vinculados ao plano de expansão do setor elétrico. A criação do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) estava prevista na Carta Constitucional de 1937 (emenda nº3), sendo reafirmada pela Assembléia Constituinte de 1946. Tratava-se de um dispositivo semelhante ao que consagrara o imposto único sobre combustíveis. Este projeto de lei buscava regularizar o dispositivo constitucional já existente, através do projeto de Lei nº3.204/53, enviado ao Congresso em maio de 1953, e vinculando-o expressamente à constituição do capital das empresas públicas destinadas a investir no setor.

Sendo assim, o poder público passava a taxar o consumidor de energia elétrica de forma que, ao pagar a tarifa de uma empresa privada, estivesse também arcando com uma

parcela do investimento para a expansão dos sistemas geradores e de transmissão. Instituiu também o Fundo Federal de Eletrificação(FEE) cujos recursos adviriam do Imposto Único. (J.S.Pereira,1974; J.L.Lima, 1984[1995]; N.Castro, 1985)

Este projeto, aprovado dias após a morte de Vargas (Lei n.2.308, de 31/08/1954), dispunha que o imposto seria cobrado pela União sob a forma de imposto de consumo, em termos nominais sobre a utilização de luz e força, não contendo no âmbito da lei qualquer critério do reajustes destes valores. De sua arrecadação 40% seria destinada à União e 60% aos estados, municípios e o Distrito Federal. Embora os critérios de repartição do imposto único fossem objeto de um projeto específico, como veremos a seguir, alguns critérios de rateio constavam na Lei n.2.308; neste sentido o rateio deveria obedecer à seguinte proporção: produção de eletricidade - 1%, superfície - 4%, consumo de eletricidade - 45% e população - 50%.(J.L.Lima, 1984)

Os recursos do Fundo Federal de Eletrificação destinavam-se aos investimentos em energia, bem como na indústria de material elétrico pesado, e seria composto de uma parcela do imposto único, de 20% da receita oriunda do despacho aduaneiro e de dotações orçamentárias federais, em parcelas que por 10 anos, nunca deveriam ser inferiores a 4% da arrecadação do imposto de consumo.

O Imposto Único sobre energia elétrica representou o estágio final do imposto de consumo de eletricidade no Brasil, que vigorava desde 1923 e fôra reestruturado em 1944. Este imposto foi, nacionalmente, a primeira fonte de recurso de natureza fiscal vinculada expressamente ao setor de energia elétrica; não suspendendo no ato os impostos de mesma natureza em nível estadual ou municipal.(J.L.Lima,1984)

O segundo projeto, estritamente vinculado ao primeiro, enviado ao Congresso em agosto de 1953, referia-se aos critérios de repartição do IUEE entre a federação e as unidades. O imposto único era arrecadado pela União, que reservava uma parcela para si e a outra destinava aos estados e municípios. A matéria fora separada em dois projetos de lei pelo fato do rateio de ser nas palavras de Soares Pereira o “pomo da discórdia”, dado o choque de interesses regionais (J.S.Pereira, 1974). Segundo chefe da Assessoria, o espírito que presidiu a elaboração do segundo projeto foi o de proporcionar recursos às regiões mais atrasadas, sendo assim as regiões brasileiras que estavam à frente no desenvolvimento receberiam uma parcela menor do imposto do que se lhe seria proporcional.

O projeto atribuía ao BNDE a função de gerir o FEF, e receber toda a arrecadação do imposto único, administrando a parcela referente à União e atuando como banco de fomento dos investimentos setoriais em relação as concessionária, sendo responsável também pela repartição da receita do imposto. Como esperado por Jesus Soares Pereira, as dificuldades de conciliar os interesses de diferentes níveis de poder e as diferenças regionais acabaram por postergar a aprovação do projeto, que só se deu no governo Juscelino Kubitschek, através da Lei n. 2.944, de oito de novembro de 1956.

A aprovação deu-se diferentemente da forma elaborada pela Assessoria Econômica. O presidente Juscelino Kubitschek antecipando-se à decisão do Congresso assinou um decreto a respeito da matéria, o Decreto 40.007 de 20 de novembro de 1956, determinando a rateio da seguinte forma: 40% se destinaria à União, 50% aos estados e Distrito Federal e 10% aos municípios. A aplicação dos recursos oriundos do IUEE seria destinada às obras de expansão, pagamentos de juros e amortização dos financiamentos contratados pelos estados, tomadas de empréstimos e ações a empresas nacionais. Meses depois a aprovação da Lei que tramitava no congresso desde 1953, foi aprovada com conteúdo praticamente igual ao Decreto assinado pelo presidente. (J.L.Lima, 1984[1995]; N.Castro, 1985)

A segunda parte da estratégia do governo Vargas para o setor, tratava-se da materialização das diretrizes traçadas na Mensagem de 1951, conferindo ao Estado o papel de romper os pontos de estrangulamentos referentes à produção de energia elétrica, dentro de um programa articulado de investimento que, através da empresa pública, pudesse incorporar o capital privado nacional.(J.L.Lima, 1984). Concebidos os mecanismos para o financiamento restava a montagem de um arcabouço institucional e a formulação de projetos para o setor. Dentro destas perspectivas foram elaborados, pela equipe de Soares Pereira, em apenas 11 meses o terceiro e o quarto projetos, enviados ao Congresso Nacional em abril de 1954.

O terceiro projeto referia-se ao Plano Nacional de Eletrificação, no qual a expansão dos sistemas elétricos era submetida a um planejamento decenal elaborado pelo governo. Este Plano constituiu o primeiro programa nacional propriamente dito pra o setor elétrico. Durante a Segunda Guerra Mundial, fora elaborado um plano, ainda no âmbito do Conselho Federal do Comércio Exterior, mas que não chegou ater grande impacto sobre os que se seguiam. O PNE surgiu no momento em que se deteriorava as relações diplomáticas

como os norte-americanos. Com a extinção da CMBEU, o Brasil ficara sem recursos para os investimentos necessários, o que acarretou uma sobre carga para o BNDE na área de infra-estrutura. O PNE tinha um horizonte de dez anos, incluindo programas de obras que se estenderiam de 1955 a 1965.

Através de uma lei adotaram-se várias normas, entre elas a unificação e padronização de frequências. Até então o Brasil era suprido por energia de 50 e 60 ciclos, esta diferença dificultava a interligação dos sistemas em instalações conversoras de ciclagem, uma vez que o intercambio entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que trabalhavam com voltagens distintas, respectivamente 60 e 50 ciclos, deveria ser processado em uma estação de conversão, cuja capacidade estava muito limitada.

Depois de estudos realizados pela Assessoria, que indicavam o predomínio de áreas de 60 ciclos, de modo que a conversão para a ciclagem 50, prevista pela Legislação anterior, seria muito mais custosa e difícil. Optou-se então por adotar 60 ciclos como padrão. O projeto previa a indenização dos eventuais prejuízos com as adaptações necessárias e com e com a substituição do material em uso, que estariam ao cargo do Poder Público.

O material elétrico utilizado no Brasil era de grande parte importado, sendo salientada na Mensagem enviada ao Congresso a viabilidade a criação da indústria pesada de material elétrico no país, que deveria suprir pelo menos metade do material empregado no período de 10 anos, tendo o Estado papel primordial na implementação desta:

“ Confia ao governo em que a iniciativa privada nacional, adequadamente assistida, se lance neste empreendimento, em face da oportunidade que se lhe abre com a execução do Plano. Não obstante, o Plano prevê recursos para a implementação da indústria mesmo que exclusivamente sob a responsabilidade estatal.”(Vargas, 1954)

Também eram abordados no projeto de lei a geração de energia em sistemas interligados, 13 ao todo; a mobilização de recursos financeiros, internos e externos, para enfrentar as obras previstas tais construções de usinas, instalações de cabos transmissores (J.S.Pereira, 1974) sendo a *holding* Eletrobrás a responsável pela condução do Plano.

A memória Justificativa do Plano Nacional de Eletrificação é com certeza um dos documentos mais esclarecedores da história do setor elétrico no Brasil, pela acuidade de sua

análise setorial, constatando significativos diagnósticos até então realizados (J.L.Lima, 1984, p.77)

A análise da Memória Justificativa começa por delinear o problema energético brasileiro caracterizado pela inexistência de abundantes reservas carboníferas no país, pela reduzida produção petrolífera e pela má exploração da lenha. Exalta a potencialidade hidráulica do Brasil, cuja exploração era pouco custosa, com baixo nível de desgaste dos equipamentos e de baixo nível de obsolescência, o único, e grande inconveniente era a grande mobilização inicial de capital requerido e sua lenta rotação.

O documento também abordava a intervenção estatal no setor, assinalando que o monopólio tendia-se a constituir espontaneamente tanto pelas peculiaridades do investimento inicial exigido pelo setor quanto por constatações internacionais, tal como o caso norte-americano. O estágio mais atrasado do desenvolvimento econômico e a tendência internacional de queda da remuneração do capital nos setores de energia elétrica reforçavam, segundo a justificativa, a estatização da indústria, salientada em diversos trechos da justificativa:

“A exemplo do que se verifica nos Estados Unidos da América, o Estado começa com uma simples atuação disciplinadora de uma atividade fundamentalmente privada para depois intervir economicamente nela, com seus próprios recursos, seja por via fiscal, seja associando-se ao produtor privado e, finalmente emerge por conta própria, como nas grandes obras do período rooseveltiano”..... “Essa circunstância prende-se claramente duas características da indústria energética: 1) o monopólio tende-se a constituir-se espontaneamente, e cuja ausência é suficiente para sufoca-la.2) o caráter peculiar da aplicação econômica, pelo peso excepcionalmente alto do capital fixo em comparação com o variável e pelo produto anual excepcionalmente pequeno pelo prazo das aplicações a intervenção do poder público assumiu características progressivas. E isto porque, em países subdesenvolvidos...o investimento público seguindo sua própria lógica, representará...uma arma contra flutuações cíclicas, operando como regulador da economia e assegurando ao capital privado uma taxa relativa e mais estável de remuneração.” (Memória Justificativa do Plano Nacional de Eletrificação, 1954)

Um outro aspecto abordado na justificativa que acompanhava o plano fora a remuneração dos capitais estrangeiros.O documento não ignorava que a taxa de lucro permitida no setor permitida pela legislação brasileira criava sérios entraves à expansão da indústria no ritmo satisfatório, já que dificultava o acesso ao mercado de crédito, que operava a taxas superiores da remuneração legal de 10%(que oscilavam de 7.5 a 12% a.a), porém a defasagem energética do Brasil não seria solucionada através da simples elevação

das tarifas, mesmo que a economia suportasse momentaneamente este aumento. Mais grave que o aumento tarifário eram as repercussões que este geraria, principalmente no mercado cambial, que se encontrava totalmente fragilizado, frente a grave crise cambial atravessada pelo pa. O aumento das remessas de lucros por parte das grandes empresas pressionaria ainda mais os escassos recursos em divisas. (Vargas, 1954; J.L.Lima, 1984):

“... A tarifa revela-se um instrumento inadequado para resolver o problema, salvo subsidiariamente, porque as dificuldades a vencer são de ordem passageira, relacionadas com os problemas de crédito, cujos os efeitos se fazem sentir por um período relativamente breve da vida da empresa.... No caso do capital estrangeiro, o problema complica-se pela dificuldade de assegurar a sua remuneração regular em vista das limitações cambiais”(Memória..., 1954)

Um outro agravante gerado pela solução “privatista” seria a redução dos lucros dos demais setores da economia, pois conforme explicitado na Memória, “o volume total dos lucros gerados pela economia uma variável independente do modo como é distribuído, o aumento da parcela que cabe aos capitais investidos num setor tem de processar-se à custas das parcelas que tocam os outros”(Memória..., 1954).

Sendo assim o documento discordava do diagnóstico das missões técnicas norte-americanas, inclusive a Comissão Mista, as quais afirmavam que a solução da estagnação energética seria via aumento de tarifas, e um eventual aumento nas tarifas além de não solucionar os pontos de estrangulamento referentes à crise energética ainda ocasionariam graves problemas, dificultando ainda mais a expansão da economia.

O diagnóstico apresentado na Justificativa indicava que a raiz da crise residia na defasagem do ritmo de expansão do setor, frente a acelerada industrialização e urbanização do Brasil. O documento também procurou ao diferenciar os critérios de rentabilidade do capital privado e público, propondo a diferenciação para os investimentos necessários no setor elétrico.

Esta discussão fôra iniciada ainda no âmbito da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos: o campo da distribuição era mais propício ao setor privado visto que exigia capital fixo menor e possuía um giro mais rápido do que o campo de geração – a raiz da crise – que deveria ficar a cargo do Estado, cujo investimento poderia significar “uma arma contra

flutuações cíclicas, operando como regulador da economia e assegurando ao capital privado uma taxa relativa e mais estável de remuneração”(Memória..., 1954):

“...podemos dividi-la em dois setores nitidamente diferenciáveis, tanto pela sua feição tecnológica quanto pela estrutura do seu capital e composição dos custos nos respectivos produtos finais... a distribuição é uma atividade que aproveita melhor os atributos da iniciativa privada, uma vez que opera...com um capital fixo muito menor e de giro muito mais rápido e, tecnologicamente, se caracteriza por um grau menos considerável que a automatizado... o desdobramento da indústria nesses dois setores, para efeito de orientar a intervenção do Estado, era, portanto uma providencia que se impunha.(Memória..., 1954)

Dada a amplitude das propostas contidas neste projeto, pode-se considerar o Plano Nacional de Eletrificação como um marco no processo de intervenção estatal, pois foi a primeira manifestação concreta de planejamento econômico abrangente nacional aplicada ao setor (N.Castro, 1985). As metas de crescimento da capacidade instalada foram definidas dentro de uma perspectiva nacional, englobando as principais fontes de demandada; além da atenção dada a unificação de frequência, padronização de tensões, transmissão e distribuição. Além do fato que as características da indústria requeriam investimentos de longo prazo e de grande magnitude, tornando-se necessário a criação de novos instrumentos administrativos que centralizassem as decisões, que se materializou na implementação da Eletrobrás.

Tabela VII
Plano Nacional de Eletrificação-Meta para a Capacidade geradora Instalada e Investimento até 1965

ZONAS	METAS PARA 1965(MW)	INVESTIMENTO (em CR\$ Milhões)
1-Zona Rio-Light e C.B.E.E	2.028	6.306
2-Zona S.P-Light	2.906	13.092
3- Zona Cia.Paulista Força e Luz	593	922,2
4- Zona Vale do Paranapaema	190	432,5
5-Zona Paraná-Santa Catarina	284	1.822,60
6-Zona Rio Grande do Sul	443,3	502
7-Zona Minas Gerais	1.370	1.402
8-Zona Rio Itabapoana	146,8	846
9-Zona Rio deContos	38	438
10-Zona Cia. Hidroelétrica S.Francisco	350	922,4
11- Zona Cachoeira Dourada	80	743,9
TOTAL	8.293,10	27.429,60

Fonte: Plano Nacional de Eletrificação

As metas estabelecidas pelo Plano basearam-se nas estimativas de crescimento populacional e no acréscimo de energia *per capita*. A partir destes parâmetros, os indicadores resultantes sofreram algumas correções no sentido de corrigir alguma demanda reprimida de energia possíveis fruto de possíveis surtos explosivos de crescimento econômico em determinadas áreas, da melhor utilização das usinas e/ou da elevação do fator carga (J.L.Lima, 1984, p.79). Para fazer frente perante este crescimento de mercado, o Plano Nacional dividiu o território brasileiro em duas grandes áreas segundo critérios de densidade demográfica, interconexão de suas usinas e sistemas elétricos: as áreas das grandes centrais elétricas, onde se concentrava os investimentos públicos previstos e a área dos sistemas isolados e dos serviços locais (J.L.Lima, 1984). Visava a expansão do parque elétrico nacional em três grandes grupos de sistemas, pretendendo alcançar até 1965 uma potência instalada na ordem de 8.000 kW e interligar os sistemas através de ampla rede de suprimentos e coordenação. (Vargas, 1954).

A área das grandes centrais foi subdividida em 11 zonas e suas metas de expansão podem ser vistas na tabela acima. As estimativas incorporavam os planos estaduais de eletrificação e as obras de concessionárias privadas em andamento, além das obras que faziam parte dos projetos da CMBEU.

Com respeito à área dos sistemas isolados e dos serviços locais, o plano estimava a instalação de 400 MW adicionais por meio de projetos federais, estaduais e municipais. O suprimento nestas regiões com densidade populacional menor deveria processar-se através de usinas locais, de potência compatível com o consumo. A programação das obras foi concebida de acordo com a essencialidade e os recursos financeiros vinculados ao investimento no setor. (Vargas, 1954; J.L.Lima, 1984) Em termos gerais, as aplicações previstas no Plano Nacional estão na tabela a seguir:

Tabela VIII
Plano Nacional de Eletrificação :
Valor e Composição dos Dispêndios Globais(1955-1965)

SUBSETORES	DISPÊNDIO (CR\$ MILHÕES)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA(%)
Geração	22.384	69,1
Transmissão e Distribuição	5.045,60	15,6
Sistemas Isolados	2.268	7
Unificação de Freqüências	1.000	3,1
Indústria de Material Elétrico	1.500	4,6
Diversos	200	0,6
TOTAL	32.397,60	100

Fonte: Presidência da República, *Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras S.A.*, 1954

Com relação à participação de empresas estrangeiras em operações de financiamento com recursos públicos, a Assessoria Econômica seguiu as orientações do BNDE, que significavam uma possibilidade de financiamento desde que houvesse a participação direta na formação do capital desta empresas e, desde que elas recorressem anteriormente ao mercado de capitais para o levantamento de recursos em cruzeiros.(D.Viana, 1981).

A partir da explanação do Plano Nacional é possível assinalar duas linhas resultantes do setor elétrico: no âmbito local a configuração do setor passou a girar em torno de três grandes conjuntos de sistemas interligados nas regiões mais dinâmicas do país - Nordeste; Sudeste e o Rio Grande do Sul; do outro lado, no âmbito nacional, o Governo Federal surge como o grande industrial produtor de energia, quer por sua associação majoritária ou não, com a iniciativa pública e - regional e local com a iniciativa privada - nacional ou estrangeira.(Vargas, 1954).

Formalmente o terceiro projeto de lei nunca foi aprovado, porém inúmeras das suas propostas foram implementadas, tanto no que tange a construção de usinas, interligação de sistemas entre outros, quanto na contribuição para a consolidação final do “pacto de clivagem”, organizando as empresas especializadas por atividade: geração e distribuição.(N.Castro, 1985).

Este projeto sofreu inúmeras críticas e resistências tanto da opinião pública quanto de “personalidades” importantes que atuavam nas empresas privadas ou nos governos estaduais na área de energia elétrica. Os depoimentos, respectivamente de Jonh Cotrin, que

fora um expoente na Amaforp e na época estava atuando na Ceming, e de Lucas Lopes, também atuante no governo de Minas Gerais:

“... (o Plano Nacional de Eletrificação) aquilo não era plano coisa nenhuma...o tempo que se leva para fazer um plano é de dez a quinze anos em diante! E a equipe de Getúlio fez um Plano de Eletrificação em três ou quatro semanas e encaminhou para o Congresso.... Havia coisas mirabolantes! Uma delas era a idéia de se fazer usinas elétricas queimando carvão no Sul do país, com linhas de transmissão trazendo para o Sudeste...naquele tempo não havia linhas de transmissão... era um plano que não tinha consistência, não tinha lógica, sobretudo lógica financeira, prova que não eram, realmente, significantes e adequadas” (Jonh Cotrin, 2000 pp.200,201)

“ a Assessoria Econômica do Presidente Vargas não tinha experiência de projetos e de obras de administração de empresas de eletricidade, de modo que fico muito *in vitro*. fez um trabalho muito superficial.” (Revista Memória, ano V, nº18)”Quando em Minas lemos o projetos do plano ficamos perplexos, porque achamos completamente fora da realidade. Citava mil projetos em Minas Gerais que já havíamos abandonados como Feixe do Funil e outros que não existiam...percebemos que se o Plano de Eletrificação fosse aprovado, seria consolidada uma lista enorme de projetos inviáveis e de alguns poucos viáveis, embora sem nenhuma consistência”(A Eletrobrás e a história, 1995 pp.56,57)

A emergência deste Estado produtor estava configurada no quarto e último projeto de lei elaborado e submetido ao Congresso Nacional. Empresa a ser constituída para gerir de imediato os empreendimentos da natureza industrial controlados pelo governo, como no caso da CHESF e das empresas geradoras de energia elétrica de Manaus e Belém, gerindo os recursos da União a serem aplicado nos setor (J.S.Pereira, 1974)

“Na nova fase que se inicia para a indústria nacional de eletrificação, essas funções a cargo dos órgãos existentes persistem e precisam ser preenchidas de forma mais eficiente ainda, em face da ampliação absorvente das tarefas do Estado moderno...A sociedade de Capital Misto não só proporciona aos seus dirigentes a liberdade de ação indispensável à realização das tarefas que lhe sejam cometidas, mas também permitirá ao Governo Federal, associar-se de forma simples ao dos Estados, do Distrito Federal, Municípios, para a conjugação de recursos financeiros de origem fiscal destinados à solução do problema da energia elétrica.”(Vargas, 1954)

A empresa desempenharia o papel de *holding* das empresas federais a serem incumbidas dos serviços federais previstos no Plano Nacional de Eletrificação para várias regiões do país e o projeto também previa a associação da Eletrobrás a empresas nacionais destinados a produção de equipamentos para a indústria elétrica. Frente à probabilidade de

que a iniciativa privada não aconresse, e dado os imperativos de negociações de patentes, a própria empresa pública arcaria também com os empreendimentos de instalação da indústria de equipamento de material elétrico. Neste sentido é muito elucidativo o depoimento de um dos autores do plano:

“Sabíamos que a fabricação de vários tipos de material elétrico no Brasil teria que ser negociada com os detentores de patentes. E isso provavelmente levaria a criação de empresas que a Eletrobrás participaria como associada a grupos internacionais poderosos. O essencial era que o país não visse obrigado a importar a totalidade de material que iria necessitar para o atendimento de um programa energético”(M.Lima, *apud* S.Draibe, 1980 p.205)

Em suma, a resolução do problema de energia elétrica, tendo em vista a incapacidade da iniciativa privada de suprir a demanda de energia na escala necessária no decorrer dos próximos anos, era simples: a montagem de empresas públicas que operariam simultaneamente em áreas não concedidas às empresas privadas, principalmente as de capital estrangeiro. Estas empresas deveriam crescer pela absorção dos próprios serviços públicos locais e regionais. Ao invés de inúmeras termoelétricas de pequena capacidade e alcance geográfico, passar-se-iam a contar com hidroelétricas regionais, que além de suprir a iluminação pública ainda poderia fomentar o crescimento da indústria nacional, sem entrar em atrito com a iniciativa privada já atuante no setor.(J.S.Pereira, 1974)

Ao garantir um espaço rentável para o capital estrangeiro, os formuladores do plano visavam atenuar as resistências ao avanço do Estado, sendo a empresa pública responsável por imprimir o ritmo e forma a expansão do setor. Porém o capital privado estrangeiro impunha à ação produtiva estatal a característica de ser suplementar e subordinada a ele, posição esta contestada pelo plano que defendia uma solução estatizante. Sendo assim as pressões exercidas contra este projeto eram inúmeras e partiam até mesmo de dentro próprio governo Vargas, como é o caso do Conselho Nacional de Economia.

Criado pela constituição de 1946 com atribuições para estudar a vida econômica do país, as atividades CNE só tiveram andamento no segundo governo Vargas, transformando-se em um órgão de consulta. Sua função era de elaborar estudos e pareceres técnicos que lhe eram sugeridos pelo executivo federal e pelo Congresso Nacional.

Desde o início de sua atuação, o Conselho foi à voz discordante do governo e sua atuação chocava-se frontalmente com a Assessoria Econômica. De cunho liberal e privatista, o CNE insistia na volta do regime de concessões e criticava abertamente o Plano Nacional de Eletrificação pelo papel secundário consagrado aos capitais particulares a quem deveria caber a prioridade na expansão setorial. No Anteprojeto realizado pelo Conselho as determinações divergiam sobremaneira do que fôra fixado pelo Código das Águas. Propunha-se ortogar as concessões por prazo indeterminado, salvo quando estipulado no contrato a cláusula de reversão do investimento.

A estrutura tarifária também sofreria modificações substanciais, sendo o preço de venda ao consumidor calculado pelas despesas no custeio dos serviços, quota de depreciação, quota destinada à reserva de correção de depreciação, quotas de reversão ou expansão e quotas destinada à remuneração de capitais e reservas, cuja variação era de 10 a 12%.(J.L.Lima, 1984, p. 86). Havia críticas também referentes ao Imposto Único que segundo o anteprojeto deveria ser *ad valorem*, ao invés dos valores nominais propostos pela Assessoria, além de rechaçar a idéia da constituição de Fundo Federal de Eletrificação.

Ainda dentro do próprio governo, as críticas a expansão do sistema elétrico vieram inclusive do então ministro da fazenda Oswaldo Aranha. Este achava que o Brasil não estava enfrentando uma crise energética; que a oferta era satisfatória em quase todo o país e que o esforço para a industrialização do país era um contra-senso já que o país tinha uma vocação eminentemente agrícola da qual não deveria se afastar. Sua opinião era que os projetos realizados pela Assessoria não seriam passíveis de realização, e que havia muito interesse em jogo no bojo de tudo isso (J.S.Pereira, 1974, pp. 124,125).Embora o chefe da Assessoria, Soares Pereira tenha derrotado esta “teoria” as pressões da Fazenda não cessaram e se faziam sentir dificuldade da obtenção de pequenos recursos ou então na não liberação do pessoal da Fazenda quando solicitada pela assessoria.

Soares Pereira afirmou que na época até a alta cúpula do BNDE esforçava-se para que a Eletrobrás não vingasse, pois julgavam que o Banco estava apto não só a gerir os recursos como conduzir um programa oficial de expansão dos sistemas elétricos, quer da União quer dos estados através do simples financiamento e de mera atuação de natureza bancária(J.S.Pereira, 1974).

No ano de 1956 foi realizada a Semana de Debates sobre Energia Elétrica, reunindo a elite do setor. Os temas centrais do conclave foram as matérias de natureza que vinham sendo debatidas no âmbito federal, sobretudo a destinação dos recursos do FFE e a Eletrobrás. A maioria dos participantes fez coro contra o projeto da criação da *Holding*, propondo maior liberdade na utilização dos recursos do Fundo por parte das empresas privadas, este deveria servir primeiramente as empresas que já estavam constituídas, financiando-as segundo as suas respectivas estratégias de expansão. O clima que dominou a Semana foi de referendo às velhas críticas do Código de Águas, em especial o tratamento tarifário.

Em seu depoimento, Jonh Cotrin elucida muito bem o sentimento de certa parcela do setor frente ao projeto da Eletrobrás:

“ O projeto de Lei de criação da Eletrobrás era um modelo de projeto de um país socialista, e que o governo fabricaria tudo, até turbinas geradoras. Era inteiramente estapafúrdio e teve que ser muito alterado para sair uma Eletrobrás realmente consistente” (Jonh Cotrin, 200 p.200)

A oposição continuou durante o governo Juscelino Kubitschek, iniciado no mesmo ano da realização dos debates, 1956. Nesta altura, o BNDE, que ficara responsável por gerir o Fundo Federal de Eletrificação, enquanto a Eletrobrás não era criada, de um lado, já exercia praticamente a função de banco do setor elétrico, e de outro, as empresas estaduais tendiam a assumir importância crescente em todo sistema. Como o BNDE era responsável por gerir os recursos, ele não tinha o menor interesse em apoiar a criação da *holding* , este fato também acabou por protelar a aprovação da nova empresa.

Do ponto de vista do Governo J.K., não havia interesse nenhum na aprovação da Eletrobrás pelo Congresso. Afinal, as relações internacionais neste período foram muito mais tranqüilas do que no governo Vargas, com notável aporte do capital estrangeiro para o processo de industrialização. Juscelino preferira que o próprio BNDE continuasse a gerir os recursos. Já que a Eletrobrás seria, de certa maneira, uma repetição da Petrobrás , o que afetava os poderosos interesses das empresas multinacionais que exploravam a energia elétrica no país. A principal contribuição do governo J.K. foi a Central Elétrica de Furnas, significando uma tentativa ambiciosa, do ponto de vista técnico, como núcleo do futuro

sistema interligado da região Sudeste e, em segundo lugar do ponto de vista operacional, afinal Juscelino conseguiu driblar as resistências do Congresso.

Existia também, obviamente, a oposição das próprias concessionárias, que sentiam que o novo sistema a montar significaria em algum tempo sua extinção. Estas eram em grande parte responsáveis pela forte pressão vinda através da grande imprensa. Muitos dos artigos assinados pelo senador Assis Chateaubriand eram traduzidos para o espanhol e transcritos em vários jornais da América Latina, onde a *Foreign Power* tinha interesses a defender. (J.S.Pereira, 1974, p.126). Eugênio Gudín, que escrevia freqüentemente para o jornal O Globo, em 1961 também iniciou a publicação de uma série de artigos chamados “Descalabrobrás”. Fatos como este dificultavam a implementação do projeto. (A Eletrobrás e a história, 1995). Frente tantas resistências e incompreensões são compreensíveis, as longas e acidentadas tramitações deste projeto no Congresso Nacional tramitação deste projeto no Congresso Nacional. O projeto da Eletrobrás só fôra aprovado somente no governo João Goulart, sendo que o projeto só marchou frente às pressões exercidas pelas centrais elétricas estaduais, que percebiam que as relações puramente bancárias com o BNDE não eram mais suficientes perante suas necessidades (J.S.Pereira, 1974) . Embora se tenha preservado o espírito da lei proposta pela Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, várias atribuições mais amplas que seriam concedidas à empresa não se mantiveram. Sugestões como a associação a grupos internacionais detentores de patente referentes à fabricação de material elétrico pesado e a importância de mão-de-obra qualificada pela assimilação desta tecnologia estrangeira foram retiradas do projeto final.

Em junho de 1962, após estudos para a atualização da emenda do projeto, realizado pelo Ministério das Minas e Energia era constituída a Eletrobrás: com um capital inicial de 3 bilhões de cruzeiros, representados por aplicações do FFE na Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Furnas, Centrais Elétricas S.A Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba e Termoelétricas Charquedadas S.A Como uma sociedade controlada por ações, tinha como funções operar diretamente ou através de empresas controladas e coligadas na realização de estudos e projetos, financiamento, construções e operações de usinas, geradores e linhas de transmissão de distribuição de energia, assim como a celebração de comércio pertinente a tais atividades. A empresa, como *holding* das empresas públicas

federais incorporou as aplicações realizadas pelo BNDE e, como órgão planejador setorial tornou-se responsável pela definição dos planos para o setor elétrico brasileiro.

Embora com uma concepção muito estreita do que em 1954, a empresa consolidou a intervenção estatal em todas as definições dos rumos do setor, e fixou pilares do sistema hidroelétrico integrado que prevaleceu até a década de 1990 e pode romper com os gargalos consolidando uma nova fase industrial no Brasil.

Tabela IX
BRASIL – CRESCIMENTO DA CAPACIDADE GERADORA INSTALADA
POR CATEGORIA DE PROPRIEDADE DAS EMPRESAS
CONCESSIONÁRIAS (1953/1964) (1953=100)

Anos	Total	Estrangeiras	Públicas	Privadas	Autoprodutoras	Outras Empresas
1953	100	100	100	100	100	100
1954	134,3	135,7	181,8	59	101,2	157,9
1955	150,7	133,7	285,4	72	104,8	234,7
1956	169,9	157,5	350,5	74	98,6	234,7
1957	180,3	164,3	363,1	88,5	112,8	249,1
1958	191,1	164,4	430,5	90,5	121,4	290,2
1959	196,9	163,2	507,9	98,4	121,7	280,7
1960	229,7	196,7	567,6	112,8	151,6	295,1
1961	249,1	208,2	712,4	108,0	186,7	251,6
1962	274,2	204,5	959,2	106,4	234,7	255,2
1963	304,1	208,3	1246,8	100,5	270,8	251,1
1964	327,4	208,0	1585,9	96,6	275,7	200,6

Fonte: CNAEE águas e energia elétrica *apud* J.L.Lima , 1984 p.10

Tabela X
BRASIL: CAPACIDADE GERADORA INSTALADA ORIGEM
HIDRELÉTRICA E TÉRMICA: 1935-1965
(EM KW)

ANO	HIDRÁULICA		TÉRMICA		TOTAL	
	KW	Variação %	KW	Variação %	KW	Variação %
1935	458.611	0,4	72.530	00,0	531.141	00,3
1936	510.916	11,4	72.530	00,0	583.446	09,8
1937	559.884	9,5	72.530	00,0	632.414	08,3
1938	662.192	18,0	72.530	00,0	734.722	16,1
1939	665.466	0,5	72.520	99,9	737.996	00,4
1940	735.688	10,5	72.520	00,0	808.208	09,5
1941	740.652	0,5	72.520	00,0	813.172	00,6
1942	777.082	5,0	72.520	00,0	849.602	04,4
1943	778.614	0,2	72.574	00,1	851.188	00,1
1944	779.406	0,1	72.574	00,0	851.980	00,1
1945	782.305	0,4	73.254	00,9	855.559	00,4
1946	834.779	6,8	73.254	00,0	908.033	06,1
1947	948.291	13,6	73.854	00,8	1.022.145	12,5
1948	1.005.613	06,0	74.004	00,2	1.079.617	05,6
1949	1.106.530	10,0	75.504	02,0	1.182.034	09,4
1950	1.173.505	06,0	76.504	01,3	1.250.009	05,7
1951	1.190.338	01,5	110.904	44,9	1.301.242	04,0
1952	1.358.100	14,0	124.285	12,0	1.482.385	13,9
1953	1.464.314	08,0	145.040	16,6	1.609.354	08,5
1954	1.801.817	23,0	364.500	51,3	2.166.317	34,6
1955	2.001.113	11,0	415.805	14,0	2.416.918	11,5
1956	2.449.196	22,4	449.045	07,9	2.898.241	19,9
1957	2.516.152	02,7	458.914	02,1	2.975.066	02,6
1958	2.617.860	04,0	461.434	00,5	3.079.294	03,5
1959	2.731.766	04,3	487.978	05,7	3.219.744	04,5
1960	3.028.147	10,8	647.175	32,6	3.675.322	14,1
1961	3.223.947	06,4	838.249	29,5	4.062.196	10,5
1962	3.689.788	14,4	903.920	07,8	4.593.708	13,0
1963	4.204.094	13,9	930.211	02,9	5.134.305	11,7
1964	4.675.549	11,2	928.316	99,7	5.603.865	09,1
1965	5.183.962	10,8	1.002.027	07,9	6.185.989	10,3

Fonte: apud N. Casro, 1985

Tabela XI
 EVOLUÇÃO DO CONSUMO, PRODUÇÃO E CAPACIDADE INSTALADA
 DO GRUPO LIGHT - 1910/1960
 (1940 = 100)

ANOS	SÃO PAULO-LIGHT			RIO - LIGHT			GRUPO LIGHT		
	Consumo	Produção	Cap. Inst.	Consumo	Produção	Cap.Inst.	Consumo	Produção	Cap. Inst.
1910	4,4	4,5	3,3	11,1	9,4	15,3	7,0	6,5	8,1
1920	14,8	14,5	16,1	38,3	37,5	32,3	24,1	23,6	22,5
1930	43,1	47,3	48,6	55	52,8	66,0	47,8	49,5	55,5
1940	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1950	271,2	281,8	166,7	166,7	222,2	161,7	258,2	258,2	164,7
1960	584,4	6367,4	388,9	388,9	611,1	314,9	164,7	626,4	359,7

Fonte: Grupo LIGHT

Tabela XII
EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
DO GRUPO AMFORP- 1950/64

EMPRESAS/GRUPO	1950 (MW)	1956 (MW)	1962 (MW)	1964 (MW)	Participação no total do grupo (%)
Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil (MACEIÓ, NATAL)	5.980	5.090	6.340	3.340	0,6
The Pernambuco Tramway and Power Co. Ltda (RECIFE - PE)	22.500	22.500	20.500	20.500	3,9
Cia Energia Elétrica da Bahia (SALVADOR)	19.000	19.000	9.000	9.000	1,7
Cia Central Brasileira de Força Elétrica (VITÓRIA - ES)	6.912	11.358	12.912	12.912	2,4
Cia e Força e Luz Minas Gerais (BELO HORIZONTE - MG)	24.724	21.050	24.320	20.320	3,8
Cia Brasileira de Energia Elétrica (NITERÓI-RJ)	40.775	44.870	66.300	96.300	18,3
Cia Paulista de Força e Luz (SÃO PAULO-SP)	91.552	180.644	312.604	312.604	58,9
Cia Força e Luz do Paraná (CURITIBA - PR)	12.000	25.000	48.500	48.500	9,1
The Rio Grandense Light and Power (PELOTAS-RS)	3.700	3.900	6.950	6.950	1,3
Cia Energia Elétrica Light and Rio Grandense (PORTO ALEGRE-RS)	24.600	24.600	-	-	-
TOTAL DO GRUPO AMFORP	251.743	358.012	507.426	530.426	100,0

Tabela XIII
BRASIL- ESTRUTURA DA INDUSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR TAMANHO E
ORIGEM DA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - 1956

FAIXAS DE CAPACIDADE INSTALADA (KW)	EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO						EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL						TOTAL DA INDÚSTRIA		
	GRUPO LIGHT			AMFORP			PRIVADAS			PÚBLICAS			n.º de Empresas	KW	Distribuição
	n.º de Empresas	KW	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição			
100 a 500	-	-	-	-	-	-	50	10.532	4,7	70	14.300	2,5	120	24.832	0,9
501 a 1000	-	-	-	-	-	-	15	11.038	4,9	12	7.774	1,3	27	18.812	0,7
1001 a 5000	-	-	-	1	3.900	1,1	23	54.038	24,1	15	41.159	7,2	39	99.122	3,5
5.001 a 10.000	-	-	-	1	5.090	1,4	7	44.750	20,0	3	27.900	4,8	11	77.740	2,8
10.001 a 50.000	-	-	-	7	169.332	47,2	6	105.646	46,3	3	44.688	7,9	16	317.666	11,3
50.001 a 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100.001 a 500.000	-	-	-	1	180.644	50,3	-	-	-	3	438.785	76,3	4	619.429	22,1
500.001 a 1.000.000	2	1.649.335	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.649.335	58,7
TOTAL	2	1.649.335	100,0	10	358.966	100,0	101	224.029	100,0	106	574.806	100,0	219	2.807.136	100,0

Fonte: Revista Água e Energia Elétrica - CNAEE, Março 1957

Tabela XIV
BRASIL - ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR TAMANHO E ORIGEM
DA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - 1962

FAIXAS DE CAPACIDADE INSTALADA (KW)	EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO						EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL						TOTAL DA INDÚSTRIA		
	GRUPO LIGHT			AMFORP			PRIVADAS			PÚBLICAS			n.º de Empresas	KW	Distribuição
n.º de Empresas	KW	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição				
100 a 500	-	-	-	-	-	-	50	12.269	4,2	97	18.825	1,2	147	31.094	0,7
501 a 1000	-	-	-	-	-	-	17	12.314	4,3	9	7.208	0,4	26	19.522	0,4
1001 a 5000	-	-	-	-	-	-	31	75.069	26,3	15	42.919	2,6	46	117.988	2,6
5.001 a 10.000	-	-	-	3	22.290	4,4	6	42.079	14,7	3	18.520	1,1	12	82.889	1,8
10.001 a 50.000	-	-	-	4	106.232	20,9	8	143.938	50,5	12	291.592	17,7	24	541.762	11,9
50.001 a 100.000	-	-	-	1	66.300	13,1	-	-	-	3	386.060	23,5	4	452.360	9,9
100.001 a 500.000	-	-	-	1	312.604	61,6	-	-	-	3	875.185	53,5	4	187.789	26,2
500.001 a 1.000.000	1	730.374	34,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	730.374	16,1
Acima de 1.000.000	1	1.370.426	65,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	370.426	30,4
TOTAL	2	2.100.800	100,0	9	507.426	100,0	112	285.669	100,0	142	1.640.309	100,0	265	4.534.204	100,0

Fonte: Revista Água e Energia Elétrica - CNAEE, Março 1963

Tabela XV

**BRASIL - CONCENTRAÇÃO TÉCNICA NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA:
CONSTRUÇÃO DE USINAS GERADORAS POR FAIXAS DE TAMANHO ATÉ 1965**

Faixas de Tamanho em KW	Até 1940			1941-1945			1946-1950			1951-1955			1956-1960			1961-1965		
	n.º de Usinas	Total de KW	% do total no período	n.º de Usinas	Total de KW	% do total no período	n.º de Usinas	Total de KW	% do total no período	n.º de Usinas	Total de KW	% do total no período	n.º de Usinas	Total de KW	% do total no período	n.º de Usinas	Total de KW	% do total no período
100 - 500	13	2.691	0,3	4	1.012	2,1	3	585	0,5	15	2.960	0,2	8	1.357	0,1	10	2.828	0,8
501 - 1000	10	6.781	0,8	--	--	--	2	1.490	1,3	7	5.560	0,5	6	4.830	0,4	1	720	--
1001 - 5000	14	35.797	4,3	3	5.036	10,3	8	5.860	13,5	11	22.206	1,8	14	39.915	3,5	9	19.643	0,8
5.001 - 10.000	2	13.480	1,6	--	--	--	4	25.200	21,5	2	15.116	1,2	4	28.880	2,5	5	45.056	1,8
10.001 - 50.000	6	122.410	14,7	2	42.800	87,6	3	74.000	63,2	6	123.992	10,2	3	118.052	10,2	5	121.690	4,8
50.001 - 100.000	1	89.250	10,7	--	--	--	--	--	--	1	90.820	7,5	--	--	--	1	93.500	3,7
100.001 - 500.000	2	563.640	67,6	--	--	--	--	--	--	3	954.600	78,6	3	962.250	83,3	3	1.017.978	40,4
500.001 - 1.000.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Acima de 1.000.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1.216.000	48,3
TOTAL DO PERÍODO	48	834.049	100,0	9	48.848	100,0	20	117.135	100,0	45	1.215.254	100,0	38	1.155.284	100,0	35	2.517.415	100,0

Fonte: Revista Água e Energia Elétrica - CNAEE, Março 1963

Conclusão:

No início da década de 1950 o Brasil passava por uma grave crise energética. O descompasso da demanda e da capacidade instalada, fruto da crescente urbanização que levava ao aumento na demanda energética domiciliar e da iluminação pública. No mesmo momento ocorria uma mudança na estrutura produtiva brasileira, com o surgimento de novos ramos industriais, ramos estes, que possuíam um elevado consumo energético.

Um outro importante fator que pressionou as taxas de crescimento da demanda foi o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis. Este crescimento foi impulsionado pela reforma da política cambial realizada no governo Dutra, em 1947, que induziu a diversificação deste setor, através de uma política de substituição de importações. A energia elétrica era um insumo intermediário tanto para a produção, quanto para o consumo final. Todos estes fatores, aliados ao rígido controle exercido sobre as tarifas de energia e a incapacidade das filiais estrangeiras ampliarem suas fontes geradoras de energia hidráulica fechavam o descompasso da demanda.

Dentro deste contexto, ainda no final do Governo Dutra (1945-49), iniciara-se a discussão para a formação da “Comissão Mista Brasil – Estados Unidos”, que materializava uma aproximação diplomática entre os dois países. Esta comissão, que entrou em vigor no início do governo Vargas, consistia numa barganha que envolvia a solicitação brasileira de recursos para financiar o “reaparelhamento” da infra-estrutura de energia e transporte brasileira.

O financiamento pleiteado com os Estados Unidos era deslumbrado por Vargas como uma alternativa para contornar os pontos de estrangulamento nos setores de infra-estrutura, entre eles o setor energético. Este acerto diplomático garantia, através do fornecimento de minerais estratégicos, financiamento para um amplo projeto de investimento, visando eliminar os gargalos da economia.

Vargas, por outro lado, nunca escondera uma segunda alternativa para contornar os problemas de escassez de energia elétrica. O forte caráter nacionalista de seu plano foi amplamente divulgado, tanto durante sua campanha presidencial, quanto na primeira Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional. Porém, o principal entrave ao desenvolvimento estatizante do setor elétrico era a ausência de recursos, que levava à

necessidade de obtê-los por meio da “cooperação internacional”. Isto tornava o projeto estatizante extremamente vulnerável, já que ia contra aos interesses internacionais, uma vez que o governo norte-americano e o Banco Mundial (responsável pelos empréstimos ao setor elétrico) atribuíam ao Estado apenas um papel regulador e suplementar aos investimentos privados e esta dependência limitava a autonomia decisória sobre os projetos (M. Bandeira, 1973[1997], J. S. Pereira, 1974; S. Draibe, 1980).

É justamente na dependência de recursos externos que estava a contradição do projeto varguista. Ao mesmo tempo em que possuía um projeto de cunho nacionalista, no qual priorizava a atuação de empresas estatais em áreas conflitantes com as filiais estrangeiras, o país necessitava de recursos dependentes de instituições contrárias a esta ideologia nacionalista e a sua liberação poderia ser influenciada por pressões em forma de *lobbies* destas empresas no congresso e no governo norte-americano. (Bastos, 2001).

Vargas buscou aproveitar o contexto internacional, no qual, frente à ameaça comunista, o governo norte-americano lançara o Ponto IV, um plano de ajuda voltado para a América Latina, o que criava um excelente espaço para a barganha. Aproveitando o momento geopolítico favorável, buscou-se assegurar aos americanos suprimentos essenciais frente à perspectiva de uma situação externa desfavorável com eclosão da Guerra da Coréia. Em troca destes suprimentos, almejava-se recursos para levar adiante os projetos de superação dos estrangulamentos na infra-estrutura identificado na campanha presidencial e enfatizado na mensagem presidencial de 1951 (G.Vargas, Mensagem, 1941; J. S. Pereira, 1975).

A barganha concentrou-se nas concessões que os norte-americanos teriam que fazer para obter os materiais estratégicos necessários, se possível sem que a contrapartida de financiamento público de projetos industriais implicasse em ameaças ao interesse da realização do projeto nacional desenvolvimentista do presidente brasileiro, visto que, na primeira fase, a distribuição de recursos acabou obedecendo aos critérios do banco, que visava garantir uma esfera lucrativa para o capital estrangeiro concentrando em serviços públicos e infra-estrutura básica, porém os investimentos estatais não deveriam ser financiados se concorressem nas áreas de atuação das filiais, tendendo a expulsá-las ao invés de as atrair, o que inviabilizava o plano varguista.

Contudo, a continuação da entrada de recursos oriundos da barganha, dependia da permanência da detenção do monopólio do fornecimento dos minerais aos norte-americanos, situação esta que não durou muito tempo. Antes mesmo da formalização do acordo de fornecimento, memorandos já indicam a possibilidade de descoberta de outras fontes.

Porém, o golpe definitivo na deterioração das relações entre o Brasil e os Estados Unidos viria a acontecer em 1953, com a posse de Dwight Eisenhower, presidente eleito nos Estados Unidos pelo partido republicano, fazendo com que a diplomacia do país seguisse uma nova diretriz. A prioridade do novo governo era conter o “expansionismo soviético” (*New Look Diplomacy*), contudo em regiões nas quais sua ameaça fosse mais aparente, visando o embate para preservar as fronteiras ameaçadas do “mundo livre”. Desta maneira, alegando que a América Latina encontrava-se em situação estável, o governo americano passou a abandonar ou protelar negócios que exigissem novas dotações orçamentárias para estes países (S. Rabe, 1988), sendo que os fluxos privados poderiam e deveriam substituir com vantagem as transferências inter-governamentais na função de desenvolver estes países. Desta forma, em 1953, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos encerrou suas atividades.

Foi a partir da suspensão da CMBEU que abriu-se espaço para a implementação do projeto nacionalista idealizado por Vargas, ainda em sua campanha eleitoral. O presidente pôde retomar mais decididamente seus projetos que haviam sido traçados já em 1951, em mensagem enviada ao Congresso Nacional, contando agora com maior mobilização interna e um maior espaço de manobra das decisões. O investimento público era uma alternativa inevitável, frente ao crítico cenário energético deficitário e a ausência de recursos externos.

Antes mesmo do fim da CMBEU, a Assessoria Econômica do governo passou a trabalhar em projetos referentes ao setor de energia elétrica e logo após o comunicado do término da Comissão Mista, a equipe de assessores diretos de Vargas, chefiada por Jesus Soares Pereira, finalizou o primeiro dos quatro projetos de lei que reformulariam o setor elétrico brasileiro: a constituição do Fundo Federal de Eletrificação, que seria enviado em maio para apreciação do Congresso, mas aprovado apenas no ano seguinte. Contando com dotações orçamentárias, com 20% da arrecadação de taxas de despachos aduaneiros e principalmente com o Imposto Único sobre a Energia Elétrica (IUEE, um imposto sobre o

consumo de eletricidade), o Fundo visava “expressamente à constituição do capital das empresas públicas destinadas a investir no setor”. (J.S. Pereira, 1975).

O segundo projeto, enviado ao Congresso em agosto de 1953, tratava dos critérios de distribuição das receitas dos impostos entre unidades e federação, ficando em tramitação no Congresso por mais de três anos, devido à disputa entre interesses regionais.

Concebidos os mecanismos de financiamento da expansão do setor elétrico, a etapa seguinte constituiu na elaboração dos programas de investimentos e na montagem do arcabouço institucional, nas linhas traçadas pela Mensagem de 1951. Foram encaminhados em abril de 1954 o projeto de lei contendo o Plano Nacional de Eletrificação, e o projeto autorizando a constituição da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A -Eletrobrás.

Ao fim de um longo processo de avanços e recuos, como foi visto no último capítulo, o plano de estatização acabaria acomodando interesses estatais e privados, fixando um pacto de clivagem em que o governo ficava encarregado da função de gerador e transmissor, enquanto o capital internacional e nacional responsabilizava-se pela distribuição de energia. E embora com uma concepção muito estreita do que a idealizada por Vargas, em 1962 criou-se a Eletrobrás, consolidando a intervenção estatal em todas as definições dos rumos do setor, e fixando pilares do sistema hidroelétrico integrado que prevaleceu até a década de 1990. O modelo integrado permitiu romper com os gargalos e consolidar uma nova fase industrial- econômica no Brasil.

Em suma, a constituição do modelo vigente até a década de 1990, pode ser dividido em dois momentos: o primeiro momento, dominado pelas atividades da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos que, em articulação com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, estimulou a realização de projetos na área de energia elétrica com base na cooperação financeira internacional e incentivou algumas inversões públicas diretas, desde que não ameaçassem à filiais estrangeiras; e o segundo momento, que nasceu da ruptura com a CMBEU e significou uma materialização das diretrizes traçadas na Mensagem ao Congresso Nacional de 1951, através dos projetos de reorganização institucional da infraestrutura produtiva, culminado na criação da Eletrobrás.(J.L.Lima, 1984[1995]).

Bibliografia:

- BASTOS, P.P.Z.(2001) *A dependência em progresso: Fragilidade Financeira Vulnerabilidade Comercial e Crises Cambiais no Brasil(1890-1954:-Campinas Unicamp-IE (Tese doutorado)*
- BAER, W. (1965) *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1985.
- BAILY, S. (1976) *The United States and the development of South America, 1945-1975*. New York: New Viewpoints, 1976.
- BALDWIN, D.A. (1966) *Economic development and American foreign policy, 1943-62*. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1966.
- BRANCO, C. (1975) *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo :Alfa Omega, 1975.
- BRINKLEY, D (1992) *Dean Acheson: the Cold War Years*. New Haven ; London :Yale Univ., 1992.
- BANDEIRA, M. (1973; 1998) *Relações Brasil e Eua no contexto da globalização. Tomo I – Presença dos Estados Unidos no Brasil (ed. Revista)*. São Paulo: SENAC, 1978.
- CASTRO, N.J. (1985) *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1961)*. Rio de Janeiro: UFRJ,1985
- D'ARAÚJO, M.C. (1999, ed) *As instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, FGV, 1999
- D'ARAUJO, M. C. (1982) *O Segundo Governo Vargas (1951-54) - Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.
- DRAIBE, S. M. (1980) *Rumos e Metamorfoses - um Estudo Sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil (1930-1960)*. Tese de Doutorado, USP, 1980. (publicado como *Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.).
- DULLES, J. W. F. (1974) *Getúlio Vargas: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
- FONSECA, P.D.(1987) *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

- HANSON, S. (1952) "Brazil-American relations: a case study in American foreign policy"
 IN: *Inter-American economic affairs*, spring 1952.
- (1956) "The good partner policy". *Inter-American economic affairs*, autumn
 1956
- KOLKO, G. (1969) *The roots of American foreign policy*. Boston: Beacon Press, 1969.
- LIMA, J. L. (1984) *Estado e energia no Brasil (1890-1964)*. São Paulo :IPE-USP,1984
- MALAN, P. *Brazilian experience, 1946-76*. PHD, Berkeley, University of California.
- et alli (1977) *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio
 de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- "Relações Econômicas Internacionais no Brasil (1945-1964). In: Fausto, B.
 (1984) (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil
 Republicano. Vol. IV: Economia e Cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984.
- MASON, E. S. e ASHER, R. (1973) *The World Bank Since Bretton Woods*. Washington,
 D.C., The Brookings Institution, 1973.
- MARTINS, L. (1966) "Formação do Empresariado Industrial no Brasil". In *Revista do
 Instituto de Ciências Sociais*, V. 3, n. 1 (janeiro-dezembro 1966), p. 91-138.
- (1968) *Industrialização burguesa nacional e desenvolvimento: introdução à
 crise brasileira*. Rio de Janeiro: Saga,1968.
- MOURA, G. 1990) *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990
- Panorama do Setor de energia elétrica no Brasil (1988)*: Rio de Janeiro. Memória da
 Eletricidade.
- PEREIRA, J.S. (1975) *Petróleo, energia elétrica, siderurgia : a luta pela emancipação: um
 depoimento de sobre a política de Vargas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra,1975
- RABE, S. G. (1988) *Eisenhower and Latin America: the foreign policy of anticommunism*.
 Chapel Hill ; London :Univ. of North Carolina, c1988.
- SEITENFUS, R. (1985). *O Brasil de Getúlio Vargas e o processo de formação de blocos
 (1930-1942)*. São Paulo :Nacional; Brasília, D.F. : INL : Fundação Pro-Memória,
 1985
- SERRA, J. (1980) "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do após-
 Guerra". In: Belluzzo e Coutinho (Orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil:
 Ensaio sobre a Crise*. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1982.

- SKIDMORE, T.E. (1967) *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 - 1964)*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOCHACZEWSKI, A. C. (1980) *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968*. PHD, London University (trad. port.).
- VARGAS, G. (1930-1945) *A nova política do Brasil, vários volumes*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- (1950) *A Campanha Presidencial*. São Paulo :J. Olympio, 1951.
- (1951-4) *Mensagem ao Congresso Nacional (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- (1950-4) *O governo trabalhista no Brasil, vols I-IV*. Rio de Janeiro: José Olympio Editor(1952-1969).
- VIANA, A. L. (1981) *O BNDE e a industrialização brasileira: 1952-1961*. Campinas: UNICAMP,1981
- VIANA, M. M. (1980) *A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no contexto do II Vargas*. Brasília: UNB, 1980 (mimeo).
- VIANNA, S.B. (1985) *A política econômica no segundo governo Vargas (1951 – 1954)*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.
- (1990a) “Política econômica externa e industrialização: 1946-51” in M.P. Abreu (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- (1990b) “Duas tentativas de estabilização: 1951-1954”. In: ABREU, M.P. (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889 - 1989*. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992
- VIGEVANI, T. (1990) *Questão Nacional e Política Exterior*. São Paulo, USP, 1990 (mimeo).
- WEFFORT, F. (1967) “O populismo na política brasileira”. In: *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WIRTH, J. D. (1970)*The politics of Brazilian development: 1930-1954*. Stanford, Calif.: Stanford Univ. Press,1970.
- WOOD, B. (1985).*The dismantling of the good neighbor policy*. Austin :Univ. of Texas,c1985.